

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO MARANHÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO MARANHÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

São Luís, 29/03/2010

Sumário

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	7
2. Objetivos e metas institucionais	8
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.	8
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	12
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	12
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	13
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	15
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa	17
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	18
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais	18
Principais Ações do Programa	18
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária.....	18
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	20
2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.....	23
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	28
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	31
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	33
Principais Ações do Programa	33
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento	33
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	35
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.....	39
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento.....	40
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.....	42
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	43
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	48
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	50

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	51
Principais Ações do Programa	52
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	52
2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural	54
2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	54
2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	58
2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas	62
2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas	63
2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	67
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	68
Principais Ações do Programa	68
2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	68
2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo	70
Principais Ações do Programa	71
2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....	71
2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola	74
Principais Ações do Programa	74
2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.....	74
2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	78
2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo	79
Principais Ações do Programa	80
2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	80
2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	83
2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	84
2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	86
2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	87
Principais Ações do Programa	88
2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	88
2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa	92

2.3.9	Programa 0750 – Apoio Administrativo	94
	Principais Ações do Programa	94
2.3.9.1	Ação 2000 - Administração da Unidade	94
2.3.9.2	Ação 2003 - Ações de Informática	97
2.4	Desempenho Operacional	99
2.4.1.	Programação Orçamentária	99
2.4.1.1	Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)	99
2.4.1.2	Programação de Despesas Correntes	99
2.4.1.3	Programação de Despesas de Capital	99
2.4.1.4	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	99
2.4.1.5	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	100
2.4.2	Execução Orçamentária	100
	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	101
2.4.2.1.	Despesas por Modalidade de Contratação	101
2.4.2.2.	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	102
2.4.2.3.	Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa	104
2.4.3.	Evolução de Gastos Gerais	105
2.4.5.	Indicadores de Desempenho	106
3.	Informações sobre a composição de Recursos Humanos	107
3.1	Composição dos Recursos Humanos	107
3.1.1	Composição do Quadro de Recursos Humanos	107
3.1.2	Composição e custos de Recursos Humanos	108
3.2	Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra	110
3.3	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir.	111
3.4	Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos	111
4.	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	112
	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	112
5.	Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	112
6.	Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	113
7.	Previdência Complementar Patrocinada	122
8.	Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	122
9.	Renúncias tributárias	122
10.	Operações de fundos	122

11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno	122
11B. Determinações e recomendações do TCU	122
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	122
13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	123
14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	124
15. Informações Contábeis da Gestão	124
16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.....	12933

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Denominação abreviada: INCRA			
Código SIORG: 4037	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 37.201	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(98) 3245-9394	(98) 3244-7957	
Endereço eletrônico: benedito.terceiro@sls.incra.gov.br			
Página na Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Av. Santos Dumont, 18 Bairro Anil			
Cidade: São Luís			
Estado: Maranhão			
CEP: 65046-660			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
DECRETO-LEI Nº 1.110, DE 09 DE JULHO DE 1970; Decreto nº 5.735 (27/03/2006)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
133085	Unidade Avançada de Imperatriz		
133086	Unidade Avançada de Bacabal		
373042	Unidade Avançada de Bacabal		
373043	Unidade Avançada de Pindaré		
373041	Unidade Avançada de Barra do Corda		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
37201	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
373040	37201		

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 09 de julho de 1970 com a missão prioritária de promover e executar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais.

Dentre os principais programas e ações de governo que lhe cabe executar, vale destacar os seguintes programas:

- Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais: assentar famílias de trabalhadores rurais em atendimento ao modelo de desenvolvimento do meio rural e a inclusão social.
- Desenvolvimento Sustentável de Projeto de Assentamento – Garantir infraestrutura e serviços para as famílias assentadas nos projetos de assentamento;
- Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária – Ordenar e fiscalizar a estrutura fundiária, permitindo verificar a ocupação do território e priorizando a função social do uso da terra;
- Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário – Ações voltadas para capacitação dos servidores públicos federais envolvidos na reforma agrária;
- Brasil Quilombola – Reconhecer e assegurar titulação dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos.
- Administração da Unidade – Promover a superintendência dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos;
- Educação no Campo – Promover a inclusão social por meio da democratização do acesso à educação formal, respeitando a diversidade cultural, étnica, social e política nas área de Reforma Agrária;

- Paz no Campo – Prover as necessidades básicas das famílias acampadas até o assentamento definitivo, acrescido dos serviços de assistência jurídica, social e técnica.

A REFORMA AGRÁRIA

- A Reforma Agrária constitui, por meio do assentamento de trabalhadores rurais, ferramenta essencial para a mudança do modelo de desenvolvimento do País, na medida em que contribui para a alteração da estrutura fundiária e para a democratização do acesso à terra;
- A Reforma Agrária é um instrumento de desenvolvimento sustentável do País;
- A Reforma Agrária promoverá a democratização do acesso e exploração racional da terra, a garantia da soberania alimentar e nutricional, a geração de emprego e renda, a promoção de mudanças no modelo de desenvolvimento do meio rural e a inclusão social;
- A Reforma Agrária será implementada utilizando a desapropriação por interesse social como instrumento principal de obtenção de terras;
- A Reforma Agrária será implementada de forma participativa, envolvendo todos os atores sociais na sua elaboração, gestão e avaliação;
- A Reforma Agrária será implementada de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade da terra, a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais e o cumprimento dos direitos trabalhistas;
- A Reforma Agrária promoverá o fortalecimento de parcerias entre as instituições governamentais e não-governamentais e possibilitará a capacitação dos parceiros;
- A Reforma Agrária será implementada de forma a reduzir a violência no campo, garantindo os direitos humanos, promovendo a paz e a justiça social;
- A Reforma Agrária promoverá o combate ao trabalho escravo para fins de justiça e inclusão social;

- A Reforma Agrária contribuirá para promover a igualdade de oportunidades de gênero, raça e etnia.
- A Reforma Agrária possibilitará o acesso à educação formal, ampliando o nível de escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.
- A Reforma Agrária respeitará as tradições, costumes e conhecimentos inerentes de que são dotadas as famílias assentadas, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável.
- A Reforma Agrária promoverá o reconhecimento e titulação dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos, respeitando os aspectos étnicos, históricos, culturais e socioeconômicos do grupo de forma a garantir a sustentabilidade em harmonia com o meio ambiente.
- A Reforma Agrária garantirá a assessoria técnica, social e ambiental de forma integral e continuada desde a implantação do Projeto de Assentamento, visando o desenvolvimento de forma sustentável, com respeito aos diferentes biomas;
- A Reforma Agrária contribuirá para a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável;
- A Reforma Agrária contribuirá para a inclusão produtiva e ampliação da participação social das populações pobres nos Territórios da Cidadania, buscando a universalização de programas básicos de cidadania.
- A Reforma Agrária propiciará às famílias assentadas condições sócio-econômicas para promover o desenvolvimento sustentável, por meio da qualificação dos Projetos de Assentamento;
- O Ordenamento da Estrutura Fundiária possibilitará o conhecimento da efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra;
- O Ordenamento da Estrutura Fundiária assegurará a gestão fundiária nas terras públicas;

- O Ordenamento da Estrutura Fundiária contribuirá para o desenvolvimento local e sustentável, por meio da incorporação das terras federais ao programa de reforma agrária;
- O Ordenamento da Estrutura Fundiária possibilitará o conhecimento da malha fundiária do país, permitindo verificar a ocupação do território, priorizando a função social do uso da terra e a inclusão social de seus ocupantes;
- O Ordenamento da Estrutura Fundiária, nas terras estaduais, será feito em parceria com os Institutos de Terras dos Estados garantindo a promoção da função social do uso da terra com a regularização das posses e dos territórios quilombolas nos termos da Lei;
- O Ordenamento da Estrutura Fundiária, nas áreas públicas federais da Amazônia Legal, priorizará a criação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS, Projetos Agro-Extrativistas - PAE, Projetos Agro-Florestais - PAF, entre outros, com exploração dos recursos florestais de forma coletiva.

A missão institucional do INCRA, portanto, perpassa pela execução de programas e ações de fundamental importância para o desenvolvimento de suas atribuições, em especial o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento de reforma agrária com o assentamento de famílias.

Para isso, no exercício financeiro de 2009 as metas institucionais estabelecidas na Programação Orçamentária foram perseguidas por todo o quadro técnico do INCRA, alcançando resultados relevantes para o desenvolvimento dos 624 (seiscentos e vinte e quatro) projetos de assentamentos de reforma agrária federais no estado do Maranhão.

Cumprir lembrar, que na análise da execução das metas estabelecidas, deve-se considerar que o INCRA vem, ao longo do tempo, incorporando novas ações à sua missão institucional. Ações essas que, inicialmente, foram verdadeiros desafios, frente à disponibilidade de recursos financeiros, orçamentários e humanos que o INCRA possui. Os avanços, entretanto, podem ser percebidos à medida que se encontram melhores maneiras de realização do trabalho, superando os desafios com o aperfeiçoamento contínuo das atividades.

Assim, em termos gerais, podemos ressaltar o cumprimento aceitável das metas dos programas e ações atinentes à competência do INCRA no exercício financeiro de 2009 no estado do Maranhão, conforme se verá no detalhamento a seguir exposto.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Atividades: cadastro rural, cartografia, regularização fundiária e regularização territórios quilombolas.

Estratégias de Atuação

Cadastro rural

Termo de Cooperação entre a Superintendência Regional do Maranhão – SR(12) e as Prefeituras Municipais com finalidade de qualificar os representantes das Unidades Municipais de Cadastro – UMC, ampliando, assim, o atendimento à clientela no município de origem;

Gerenciamento de 9.670 imóveis rurais. Para tanto foram contratados 5 digitadores para o Serviço de Cadastro Rural para agilizarem esta atividade;

Certificação de 116 imóveis rurais totalizando 394.852 hectares, através de um Comitê de Certificação Regional composto de técnicos de cadastro, engenheiro agrônomo, engenheiro agrimensor e geógrafos.

Cartografia: realização de 3 licitações na modalidade pregão eletrônico com o objetivo de georreferenciar e demarcar 144 Projetos de Assentamento, com área de 529.056,5934 hectares e custo de R\$ 3.269.427,29.

Regularização Fundiária: com a criação no Estado do Maranhão da Divisão Fundiária na Amazônia Legal, ligada diretamente à Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, assumiu as atividades de regularização de terras, uma vez que dois terços do estado do Maranhão estão contidos na Amazônia. Legal.

Regularização de Territórios Quilombolas: Gestão da Coordenação Geral de Regularização Fundiária, da Diretoria Fundiária-DF e SR(12)MA junto ao Governo do Estado do Maranhão para concretização de Convênio através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDAGRO, tendo como meta a titulação de 50 territórios quilombolas para o ano de 2010, no valor de R\$ 2.078.804,00.

Os 5 os decretos de territórios quilombolas, beneficiando 754 famílias, com 16.726,09,75 hectares, totalizando 11 imóveis rurais foram resultado de trabalhos elaborados por equipe constituída de antropólogos (SR(12), Paraíba e INCRA sede e engenheiros agrônomos;

Mapeamento e identificação de áreas de quilombos localizadas na Amazônia Legal, como medida preventiva de evitar que as metas do Programa Terra Legal não venham impactar com as metas do Programa de Territórios Quilombolas.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A Divisão de Obtenção de Terras é responsável pelas atividades de aquisição, desapropriação e incorporação ao patrimônio do Incra das terras necessárias à reforma agrária. Para o desenvolvimento das funções desta Divisão, foram estabelecidas como prioridades principais, para o ano de 2009:

A seleção de famílias beneficiárias da Reforma Agrária, a promoção do acesso à terra e a criação de projetos de assentamento através de vistorias em 491.900 hectares visando obter 33.408,00 hectares com destinação à desapropriação a fim de assentar 6.020 famílias; e

O desenvolvimento de atividades relativas ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente nos projetos de reforma agrária, através do licenciamento ambiental de 140 assentamentos.

Estratégias para alcance das metas

Investigação de vagas em assentamentos:

Como tem sido observada, ao longo dos anos, a disponibilidade de áreas para Reforma Agrária tem diminuído consideravelmente. Prova disso, são os números comparativos dos últimos anos: Em 2008, foi incorporado ao patrimônio público 32.335,3945 ha e em 2009 tivemos redução no alcance da meta física em 41,81% com relação ao ano anterior (13.520,8217 ha). Além disso, a morosidade do processo de desapropriação e na imissão de posse tem dificultado a aquisição de áreas destinadas ao plano nacional de reforma agrária.

Como estratégia para o alcance da meta de 2009, a SR/MA - após observar que dentre os Assentamentos Federais (PA) e do Estado (PE) o número de famílias assentadas era inferior à capacidade de assentamento - realizou junto ao SIPRA um levantamento criterioso quanto ao número de vagas a serem disponibilizadas a futuros beneficiários do Programa. O

resultado da pesquisa definiu 5.579 vagas em assentamentos já criados em anos anteriores, o que representou 88,70% do total das famílias assentadas em 2009.

Aquisição de Terras Públicas:

O Maranhão é um dos estados com maior disponibilidade de terras públicas. Fator este que poderia ser vantajoso no aproveitamento de áreas adquiridas com fins de Reforma Agrária. No entanto, observou-se que as áreas públicas estão sendo ocupadas por pequenos e médios produtores detentores de muitas benfeitorias e com área de posse demarcada. Portanto, a aquisição de Terras Públicas por arrecadação se tornou muito dispendioso, pois seria necessária a indenização das benfeitorias em favor da Obtenção de Terras para o Plano Nacional de Reforma Agrária.

Desta forma, como nossa PO 2009, na ação de Obtenção de Terras, foi reduzida em 66,90%, em relação ao ano anterior, não foi possível alcançar o objetivo esperado – fator este que ocasionou na redução do alcance da meta física de obtenção de terras.

Celebração de acordos com o Órgão Estadual do Meio Ambiente:

O Licenciamento Ambiental é uma etapa do processo de desapropriação que influencia diretamente no alcance das metas de outras Ações deste Programa. No entanto, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA) tem retardado a expedição das Licenças Prévia (LP) e das Licenças de Instalação e Operação (LIO). Como os resultados dependem, quase que exclusivamente, do desempenho da SEMA, o INCRA vem buscando manter com este Órgão Estadual uma parceria efetiva, no sentido de obter efeitos mais satisfatórios.

Para isto foram traçadas estratégias, como: a) A celebração de um Termo de Cooperação Técnica Operacional (TCTO), com o objetivo de estabelecer um regime de estreita colaboração mútua entre as duas instituições, visando ampliar a capacidade de trabalho das instituições envolvidas com vistas a dar maior celeridade no desenvolvimento das ações de licenciamento ambiental, através de Vistorias nos Projetos de Assentamentos do INCRA para análise e adequação das exigências ambientais; b) Firmou-se também um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em que o INCRA compromete-se em adotar procedimentos administrativos que garantam celeridade nos processos de regularização

ambiental dos projetos de assentamento e a SEMA responsabiliza-se em simplificar o processo de licenciamento ambiental.

Áreas Prioritárias para serem Vistoriadas:

Foram realizadas diversas audiências com os principais movimentos sociais do Maranhão (MST, CPT, FETAEMA), onde se relacionou as regiões de maior interesse social, destacando-se as áreas com maior quantidade de posseiros e imóveis sob tensão social. Com base nesses dados, o setor de Obtenção de Terras realizou uma triagem preliminar dos imóveis passíveis de desapropriação, priorizando as propriedades maiores que 15 módulos fiscais, imóveis cujo proprietário possui mais de um prédio rústico, áreas fora da Amazônia Legal, interesse do proprietário pela desapropriação, entre outros.

Como resultado da seleção previa, ao final do exercício de 2009, a Superintendência do MA atendeu a solicitação de comunidades em 30 municípios, com vistorias preliminares em 59 imóveis perfazendo uma área total de 154.896,7951 ha.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Visando a execução da PO 2009, adotou-se como estratégia de atuação para agilizar a aplicação do Crédito Instalação, obedecendo as normativas que norteiam as atividades da Instituição, com realização de reuniões com os servidores no sentido de aprimorar a busca de objetivos, qual seja, beneficiar as famílias de trabalhadores rurais com as outras atividades desenvolvidas pelo INCRA.

Em primeiro lugar foram adotadas providências para a aplicação dos créditos instalação em suas diversas modalidades, onde foi priorizada a expedição dos Contratos de Concessão de Uso – CCU, como condição para implantação do crédito. À medida que os CCU foram emitidos, as equipes de servidores se deslocavam aos projetos de assentamento para sua efetivação.

No que se refere aos créditos de infraestrutura básica (abastecimento de água potável e estradas vicinais), foi adotado o sistema de celebração de convênios com as prefeituras municipais, no sentido de envolver os gestores municipais com as comunidades rurais. Até mesmo objetivar um compromisso dos mesmos com a manutenção das obras edificadas.

Com referência à ATES, a estratégia utilizada foi dar prioridade à Assessoria Técnica e Elaboração de Estudos para atender o maior número possível de beneficiários da reforma

agrária, ficando a articulação, em função da escassez de recursos, à medida do possível, com o Núcleo de ATES.

Buscou-se fazer parcerias com entidades com o objetivo de canalizar ações extra INCRA para levar desenvolvimento ao assentamento.

Proporcionar integração da equipe dos núcleos operacionais com as equipes da Unidade de Jurisdição, viabilizando a execução das ações diretas sob responsabilidade da Instituição.

Durante o ano de 2009 decisões jurídicas e administrativas dificultaram a execução dos convênios em andamento e ainda interferiram significativamente na implementação de novas parcerias.

Como estratégia de atuação envidou-se esforços junto as Procuradorias Especializadas e setores jurídicos do INCRA e das Instituições parceiras (UFMA/IFMA/FSADU/FACT/FUNCEMA); reuniões foram realizadas, participações em audiências locais e em Brasília buscando superar os impasses.

Finalmente, buscamos nos adequar às novas orientações (Acórdão TCU nº 2653/2008/PFE) em casos necessários reformulando o Projeto Básico, o Plano de Trabalho e seus anexos.

Estratégias outras não foram implementadas visto que às referidas decisões tem caráter nacional, cabendo às Superintendias, apenas contribuir e cobrar da Coordenação Nacional do Programa medidas saneadoras e novas orientações.

Citamos também paralisações em todos os convênios em decorrência de impossibilidade de aprovação das Prestações de Contas apresentadas pelas Fundações. Buscando dar agilidade ao processo de análise das justificativas e/ou correções encaminhadas, o Superintendente Regional solicitou e o INCRA/SEDE enviou Força Tarefa (MEMO Nº 348/DA, de 07/07/2009) dada a dificuldade operacional do Serviço de Contabilidade desta SR(12).

Ressaltamos a limitação de recursos humanos, formalmente informada à Chefia da Divisão, para dar andamento às atividades de divulgação, implantação e acompanhamento das ações do PRONERA, ressaltando-se o quantitativo de salas de aula, alunos beneficiados e as longas distâncias a serem percorridas durante os acompanhamentos.

Como medidas adotadas em exceção à regra da Administração, pontuamos alguns deslocamentos que ocorreram no final de semana em decorrência da programação dos cursos (nível médio) contarem com atividades aos sábados e domingos. Justifica-se também a

permanência dos servidores em campo, pelas longas distâncias entre o interior do estado e a capital, o que torna inviável posterior retorno para finalização dos acompanhamentos.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

A principal estratégia de atuação é garantir as perfeitas funcionalidades da máquina administrativa, com ênfase no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização de mão-de-obra para serviços de apoio administrativos, bem como os contratos de manutenção, vigilância, limpeza e conservação. Para isso, buscamos formar uma comissão e capacitar seus membros para acompanhar e gerenciar dos processos contratuais, tornando mais eficiente a aplicação dos recursos.

Tal comissão tem como principais atribuições:

- Efetuar levantamento da necessidade de aquisição de materiais de consumo e permanente;
- Identificar e relacionar os serviços que ocorrem como mais frequência na superintendência do INCRA MA para elaboração de projeto básico ou termo de referencia;
- Efetuar o planejamento, execução e acompanhamento das licitações de compras de materiais de consumo e permanente, visando evitar excesso ou falta desses bens.

No decorrer do exercício tivemos dificuldades para compor esse grupo, porque boa parte dos servidores não tem interesse em trabalhar na área de licitações e contratos. Visto que essa atividade acumula muita responsabilidade e não traz nenhum benefício financeiro.

Outra estratégia adotado foi criar um grupo de trabalho para estudar a implantação de um sistema de rodízio de funcionários da Divisão de Gestão Administrativa com o objetivo de melhorar o desempenho e a produtividade desses servidores, e consequentemente otimizar os resultados da divisão.

Principais Vantagens

- O servidor passará a conhecer todas as funcionalidades do órgão, deixando de limitar-se apenas as atribuições do setor, onde trabalha;
- Evita problemas como a falta de funcionários com conhecimento e pratica de certas atividades para substituir determinados servidores nas suas ausências;
- Aumentar o interesse e a motivação do funcionário pelo trabalho, tirando-o da rotina e aguçando sua capacidade para encarar novos desafios;

Principais Dificuldades

- Necessidade de capacitação de servidores para desempenhar diversas tarefas, aumentando os custos com instrução;
- Rejeição dos servidores que ocupam o mesmo setor há muito tempo e que não estão dispostos a mudanças;

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do programa: Celso de Lisboa de Lacerda.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Lucílio Araújo Costa

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

¹ Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada % (i = g/f)
21	631	A	3	Família Assentada (un.)	6.020	6.290	0	104

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
241.000,00	353.984,33	347.342,19	98,12	347.038,24	98,04	344.038,24	97,19

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Principais resultados

A meta física da PO 2009 programada para o assentamento de famílias de trabalhadores rurais prevista foi de 6.020 famílias, sendo alcançado no exercício o percentual de 104% referente a 6.290 cadastros de candidatos a beneficiários de projetos englobando projetos de assentamentos federais, estaduais, municipais e reservas extrativistas criados e reconhecidos, caracterizando satisfatoriamente o alcance do objetivo da ação.

Para a realização da PO 2009, o empenho liquidado na ação foi de R\$ 347.038,24 (trezentos e quarenta e sete mil, trinta e oito reais e vinte e quatro centavos), correspondendo a 98,04% da provisão recebida. Destacamos que os principais gastos na execução da ação

“Cadastro, seleção e homologação de famílias” são referentes aos deslocamentos de servidores do INCRA, justificando a concentração das despesas em diárias (pessoal civil), material de consumo (combustível e lubrificante) e passagens (despesas com locomoção).

Principais problemas

Ressaltamos, que apesar de ultrapassada a meta prevista na PO/2009, o principal fator de entrave para um melhor desempenho da ação, deve-se a demora por parte da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA) na expedição da Licença Prévia (LP), já que segundo a Resolução CONAMA N°. 387, de 7/12/2006, “a LP constitui-se em documento obrigatório e que antecede o ato de criação de um projeto de assentamento de reforma agrária, devendo ser expedida anteriormente à obtenção da terra”.

Como medidas implementadas na SR/12 para facilitar e agilizar os processos, destacamos:

- Agenda de reuniões entre representantes dos órgãos envolvidos (INCRA/SEMA), com a finalidade de discutir, sugerir e sanar as pendências que porventura estejam atrapalhando o processo; e
- Capacitação dos servidores do Serviço de Obtenção de Terras responsáveis pela elaboração dos Laudos Técnicos de Vistorias, proporcionando conhecimento de novas ferramentas a serem utilizadas no enriquecimento do trabalho técnico (laudo agrônomo), o qual se constitui como documento necessário ao licenciamento (Art. 3º, § 6º da Resolução Conama n°. 387/2006).

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas

com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Roberto Ramos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (ha)	Percentual da Meta realizada % (i = g/f)
21	631	A	3	Área vistoriada (ha)	491.900	234.152,2999	163.091,3108	47,60

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, SIGPLAN, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
417.000,00	1.251.886,71	1.244.069,72	99,38	1.011.213,72	80,78	1.011.213,72	80,78

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Principais resultados

Na análise do alcance dos objetivos e metas da Ação 8387 “Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais”, a Superintendência Regional no exercício de 2009 vistoriou 76 imóveis, equivalente a uma área de 234.152,2999 ha, com margem de execução física de 47,60%. Justifica-se o percentual, ao fato da Meta Prevista na PO 2009 estar superestimada, já que a projeção histórica da SR/12 nos últimos 5 anos (Quadro I) evidencia que o quantitativo em hectares de áreas objeto de desapropriação, apresenta média de 154.242,2184 ha para vistorias preliminares e 65.257,1572 ha para avaliações, com total médio anual de 219.499,3756 ha. Portanto, a meta física proposta no PO/2009, correspondente a 491.900,0000 ha, encontra-se duas vezes maior que a média real executada ao longo dos anos.

Contudo, apesar do acréscimo na ordem de 56% na meta física, já que no ano de 2008 a mesma foi estimada em 315.100 ha, a ação “8387” apresentou em 2009 um aumento de 7% na área vistoriada, uma vez que no exercício anterior, o quantitativo de área foi de 219.284,4030 ha.

Quadro I: Projeção Histórica das áreas vistoriadas e avaliadas no período de 2004 a 2008_SR12/MA.

VISTORIAS PRELIMINARES		
Ano	Nº. de Imóveis	Hectares
2004	75	179.939,2902
2005	80	135.735,8799
2006	63	149.721,0000
2007	46	128.981,1000
2008	43	176.833,8221
Média (a)	61	154.242,2184

VISTORIAS DE AVALIAÇÃO		
Ano	Nº. de Imóveis	Hectares
2004	29	95.543,6066
2005	26	101.002,2941
2006	19	71.234,3042
2007	9	16.055,0000
2008	10	42.450,5809
Média (b)	19	65.257,1572

Total (a+b)	219.499,3756 ha
--------------------	------------------------

Fonte: Serviço de Obtenção de Terras

Principais problemas

Dentre os principais problemas observados na execução da ação, cita-se:

- O aumento das exigências técnicas do “Manual de Obtenção de Terras e Perícias”, quanto ao processo de levantamento preliminar, principalmente na questão ambiental, que força o técnico a despender maior tempo de medição por área vistoriada, principalmente, na definição de áreas de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP);
- A demanda de vistorias nos últimos anos, que vem sendo composta de imóveis com área-média menor;
- Concentração atípica de tarefas que ocupam a equipe técnica como: perícias judiciais, mediação de conflitos agrários, entrega de ofícios as prefeituras e secretarias municipais, levantamento da certidão dominial atualizada do imóvel, etc;
- A dificuldade no andamento do processo, que o torna cada vez mais dependente de inúmeras etapas burocráticas, postergando as saídas das equipes técnicas a campo;
- Número insuficiente de servidores responsáveis pela elaboração e análise da Cadeia Dominial dos imóveis, o que ocasiona demora na identificação e notificação ao proprietário;

- Número insuficiente de veículos por Divisão, exigindo que as equipes revezem as saídas para execução dos trabalhos;
- Liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos.

Análise da Execução Financeiro-Orçamentária da Ação

Segundo dados SIAFI (2009), o empenho liquidado pela SR12/MA foi de R\$ 1.011.213,72 (um milhão, onze mil, duzentos e treze reais e setenta e dois centavos), correspondendo a 80,78% da provisão recebida. Com relação ao valor programado (PO 2009), as despesas executadas excederam 142%. Contudo, justifica-se o excedente financeiro ao fato da despesa corrente programada no Caderno de Metas (2009)/Jurisdição SR(12)/MA no valor de R\$ 417.000,00 (quatrocentos e dezessete mil reais) não se referir apenas aos gastos com as subações de vistorias preliminares e avaliações (que juntas apresentaram margem de execução física de 47,60%). Do total recebido, somam-se despesas com assistente técnico em perícia, honorários periciais, imissão na posse e publicações em geral - tarefas estas que exigem recurso - mas que não somam a meta.

Por se tratar de uma ação finalística, as despesas, em sua grande maioria, são oriundas de deslocamento de técnicos do INCRA até as áreas de vistorias, justificando assim a concentração das despesas em diárias (pessoal civil) e material de consumo (combustível e lubrificante). Destacamos ainda, que os elementos de despesas “outros serviços de terceiros” e “passagens e despesas com locomoção”, referentes respectivamente, aos gastos com pagamento dos honorários perícias e pagamento das parcelas do contrato da empresa fornecedora de passagens aéreas e locação de veículos, representaram mais que 60% do total do empenho liquidado nesta ação.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público

Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (ha)	Percentual da Meta realizada % (i = g/f)
21	631	A	3	Licença protocolada	140	112	28	80

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
315.033,00	371.432,5	344.579,73	92,77	258.414,98	69,57	258.414,98	69,57

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Principais resultados

A ação de Licenciamento Ambiental que compete ao Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais do INCRA está vinculada à atuação efetiva do Órgão Estadual de Meio Ambiente. O trabalho divide-se em duas vertentes principais, quais sejam: solicitação de Licença Prévia para imóveis a serem desapropriados e Licença de Instalação e Operação – LIO para projetos de assentamento de reforma agrária já criados. A fase interna desses procedimentos vem contando com um incremento institucional desde a elaboração do Plano de Ação Ambiental do INCRA encaminhado ao TCU, que prevê a regularização ambiental de projetos de assentamento de reforma agrária.

Em termos de recursos financeiros e materiais, o INCRA vem criando condições para o Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais atuar. Entretanto, o quadro de pessoal ainda

é deficiente em termos quantitativos, quando consideradas todas as atribuições do setor. Dessa forma, os avanços ainda são pouco significativos, em razão do curto espaço de tempo em que essa nova postura do INCRA vem sendo implementada e, principalmente, em virtude do grande passivo existente e dos resultados dependerem, quase que exclusivamente, do desempenho do Órgão Estadual de Meio Ambiente (OEMA).

Desde o ano de 2007, o INCRA vem buscando manter com o OEMA uma parceria efetiva, no sentido de obter resultados mais satisfatórios, inclusive com a celebração de um Termo de Cooperação Técnica Operacional, firmado entre as duas instituições no dia 27 de setembro de 2007, tendo estabelecida uma vigência de 03 (três) anos, portanto, ainda em vigor. Dentre outras cláusulas e condições, o termo estabelece como obrigação do OEMA a criação de uma comissão de análise, controle e acompanhamento formada por técnicos do seu quadro próprio para atuar prioritariamente na regularização ambiental das áreas de assentamento.

Tendo a comissão de servidores do OEMA apresentado poucos avanços, no que diz respeito à priorização na análise e concessão da licença ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, consoante o artigo 13 da Resolução CONAMA 387/06, além da inexistência de um procedimento padronizado e simplificado de licenciamento ambiental, a teor do disposto no artigo 4º, parágrafo único da citada Resolução e conforme previsto na cláusula IV do termo em questão, no ano de 2009, a alteração na composição da referida comissão foi proposta pelo INCRA, visto que a atuação da equipe estabelecida até então não correspondeu aos objetivos previstos no termo.

Apesar de importantes avanços conquistados, algumas situações, a exemplo da recente alteração na gestão administrativa ocorrida no nível do Governo Estadual, comprometeram ainda mais o desenvolvimento regular das atividades de licenciamento ambiental dos projetos de assentamento, que têm enfrentado, no Estado do Maranhão, sérias dificuldades.

Principais Problemas

As atividades planejadas foram baseadas em uma meta estipulada de 113 (cento e treze) licenças ambientais a serem protocoladas junto ao órgão ambiental estadual. Para o cumprimento da referida meta, foi solicitado orçamento extra no valor de R\$ 116.500,00 (cento e dezesseis mil e quinhentos reais), para serem utilizados na elaboração de estudos ambientais (projetos básicos) de 08 (oito) Projetos de Assentamento, cujo licenciamento estava previsto na Programação Operacional do ano de 2009. Entretanto, após reunião realizada na Sede com a participação das Superintendências Regionais, foram procedidas

alterações na programação operacional para adequação ao Decreto 6.808, de 27/03/09. A meta física de licenciamento ambiental foi reestabelecida em 140, sendo que o orçamento foi acrescido apenas em R\$ 63.033,00 (Sessenta e três mil e trinta e três reais). Portanto, o incremento orçamentário ocorrido não foi satisfatório, vez que, além de inferior ao valor solicitado, a meta física inicial foi acrescida, não tendo sido possível contratar a elaboração de estudos ambientais. Além disso, um número de 15 (quinze) estudos ambientais contratados pelo serviço de ATES não foram entregues conforme o previsto, o que comprometeu o licenciamento ambiental, no que diz respeito à solicitação da Licença de Instalação e Operação – LIO – dessas áreas, o que refletiu no não cumprimento da meta estabelecida na programação operacional.

Relativamente às solicitações de Licença Prévia (LP), a quantidade de vistorias preliminares realizadas e de laudos agrônômicos produzidos não foi suficiente para o atendimento da meta física de licenciamento ambiental estabelecida após a sua alteração. Em alguns casos, a vistoria apontou o imóvel como produtivo, portanto, não passível de desapropriação. Em outras situações, os imóveis apresentaram área inferior a 15 (quinze) módulos fiscais e o proprietário não possuía outro imóvel, não se enquadrando, portanto, nos critérios legais para desapropriação de imóveis para fins de reforma agrária. Dessa forma, os processos que se inseriram nessas situações foram arquivados, impedindo, assim, a realização do procedimento referente à solicitação da respectiva licença ambiental para a criação de projetos de assentamento.

Em que pesem os entraves que nortearam o cumprimento parcial da meta 2009 de protocolo de licenças ambientais, cumpre assinalar que segundo a Divisão de Obtenção, nos casos de imóveis improdutivos, não é possível a antecipação do resultado da vistoria de avaliação e fiscalização do imóvel a ser desapropriado, pois a produtividade só pode ser aferida através da realização de vistoria e a formulação do Laudo Agrônômico. Quanto aos imóveis menores que 15 módulos fiscais, uma solução efetiva seria a atualização do cadastro de imóveis rurais pelo INCRA, pois com isso a programação de imóveis sem os requisitos legais exigidos seria evitada.

Quanto às Licenças de Instalação e Operação, para o corrente ano, o Serviço de Meio Ambiente pretende contratar a elaboração de estudos ambientais (Projetos Básicos) para 47 (quarenta e sete) projetos de assentamento que constam na programação operacional 2010 e que não possuem estudo ambiental. Por outro lado, o recebimento dos estudos ambientais contratados pela Coordenação do Serviço de Assistência Técnica, Social e Ambiental – ATES – e não recebidos no ano de 2009 deverão ser entregues no atual exercício, conforme previsão

da coordenação de ATES, o que possibilitará o requerimento da LIO destas áreas no decorrer do ano de 2010.

Contratações e Parcerias

A UJ não realizou nenhuma contratação ou parceria no ano de 2009, manteve o Termo de Cooperação Técnica Operacional formulado em 2007 entre o INCRA e o Órgão Estadual de Meio Ambiente. Porém, a sua continuidade está sendo reavaliada, tendo em vista o freqüente descumprimento pelo OEMA da obrigação constante do Termo relativa à priorização da análise e concessão de licença ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA no Maranhão.

Transferências

A UJ não formulou nenhum convênio relativo à presente ação no ano de 2009. Manteve-se apenas o Termo de Cooperação Técnica e Operacional formulado com o OEMA, anteriormente citado.

Sobre os Indicadores

A UJ conta hoje com 59 Licenças ambientais em vigor. Porém, observando o cálculo apresentado para o índice de projetos de assentamentos com licença ambientais em vigor, se verificará que o mesmo não foi formulado com 59 (licenças ambientais) divididas por 624 (assentamentos federais). Assim, cumpre esclarecer essa aparente incongruência.

O INCRA, em razão do procedimento administrativo de desapropriação adotado na Norma de Execução/INCRA/DT/Nº 83/2009, deve apresentar dentre outras peças constantes do art. 13, uma cópia do protocolo de requerimento de licenciamento ambiental prévio para compor o Conjunto/Decreto, e instruir os procedimentos relativos à edição do Decreto declaratório de interesse social para fins de reforma agrária.

Em face dessa obrigação a UJ requer a Licença Prévia antes da expedição do Decreto e da emissão de posse dos imóveis a serem desapropriados. Assim, a instrução do processo administrativo de licença prévia corre paralelamente a instrução do processo administrativo de desapropriação. Sendo que, em alguns casos, a Licença Prévia é expedida antes da finalização do processo de desapropriação. Isso é o que vem ocorrendo freqüentemente na UJ do Maranhão.

Assim, das 59 licenças ambientais em vigor, entre Licença Prévia - LP e Licença de Instalação e Operação – LIO, a UJ possui apenas 39 Projetos de Assentamento de Reforma

Agrária efetivamente criados, restando 20 licenças ambientais em vigor aguardando a finalização da instrução do processo de desapropriação para criar o projeto de assentamento. Desse modo, o cálculo do índice de Projetos de Assentamento com licenças ambientais em vigor, ficou assim formulado:

INDICADORES:

Número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais ² , (no nível de agregação), multiplicado por 100.	$39 \div 624 \times 100 = 6,25\%$
---	-----------------------------------

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDAs e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Roberto Ramos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (ha)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	ha	33.408,00	13.520,8217	0	40,47

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, SIGPLAN, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

	PO 2009*	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
TDAs	5.087.177	21.573.300,71	21.573.300,71	100	21.573.300,71	100	21.573.300,71	100
Benfeitoria	1.674.427	3.449.654,76	3.449.654,76	100	3.054.998,16	88,56	3.054.998,16	88,56
TDAs + Benfeitoria	6.761.604,24	25.022.955,47	25.022.955,47	100	24.628.298,87	98,42	24.628.298,87	98,42

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Análise da Execução Física da Ação

No exercício de 2009, a Superintendência Regional do Maranhão, apresentou como resultados na Ação 4460 “Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária”, a aquisição de 13.520,8217 hectares, dos 33.408,00 hectares programados, equivalente a uma margem de execução física de 40,47%.

Evidenciamos que esta ação apresentou problemas de execução, devido:

- A complexidade da Vistoria de Avaliação, que demanda maior permanência do técnico no imóvel avaliando, para realização de pesquisa preço do mercado de terras da região, levantamento das benfeitorias, cotação dos custos do material de reposição, etc;
- Ao aumento das exigências na elaboração dos Laudos de Vistoria de Avaliação, principalmente quanto ao levantamento do passivo ambiental;
- Ao arquivamento de processos em fase de avaliação por serem julgados inviáveis economicamente e ambientalmente para a criação de Projetos de Assentamentos, considerando o elevado custo por família, áreas localizadas em Amazônia Legal, passivo ambiental maior que a indenização do imóvel, existência de posses definidas e ocupadas por pequenos e médios produtores, dentre outros;
- A morosidade do processo de desapropriação quanto a Revisão pela DTO do Kit TDA.

Análise da Execução Financeiro-Orçamentária da Ação

Análise das despesas na SR (12) / MA

A Ação 4460 “Obtenção de Imóveis Rurais”, possui despesas administradas pela Superintendência Regional que consistem no elemento “aquisições de imóveis rurais”

(Quadro 1). Esta execução financeira consiste nas indenizações de benfeitorias e sobras de pagamento de terras nuas em moeda corrente.

Quadro 1 - Demonstrativo de despesa por elemento (SR12/MA)

4460 – obtenção de imóveis rurais para a reforma agrária	PO 2009	provisão recebida	empenhos emitidos	empenhos liquidados	empenho s a liquidar	credito disponível
	1.674.427	3.449.654,76	3.449.654,76	3.054.998,16	-	-
339014 - diárias - pessoal civil		-	-	-	-	-
339030 - material de consumo		-	-	-	-	-
459061 – aquisição de imóveis		3.449.654,76	3.449.654,76	3.054.998,16	-	-
339039 - outros serviços de terceiros		-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

O empenho liquidado foi de R\$ 3.054.998,16 (três milhões, cinqüenta e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e dezesseis centavos), correspondendo a 88,56% da provisão recebida. Comparando-se ao valor programado (PO 2009), referente à indenização de benfeitorias, de R\$ 1.674.427 (um milhão, seiscentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete), as despesas executadas pela SR(12) extrapolaram em 182,45%. Justifica-se este percentual devido ao elevado valor pago pelas áreas desapropriadas no Maranhão, pois, nos últimos anos, observou-se uma escassez na oferta de imóveis rurais, ou seja, como a demanda por áreas é maior que a oferta, eleva-se o valor por hectares. Constatamos este aumento nos preços de terras, pois a avaliação de apenas um imóvel¹ já extrapolou em 178% a programação para esta ação, conforme o Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 - Áreas Obtidas por Desapropriação em 2009 / SR(12)MA

N	Imóvel	Município	Área (ha)	Indenização de benfeitorias (R\$)	Sobra de TDAs (R\$)	Total (R\$)
1	Lagoa dos Cavalos e Taboca	Coelho Neto	276,1492		15,55	15,55
2	Santiago Gleba I	S.B.do Rio Preto	2.827,3500	7.298,97	88,39	7.387,36
3	Sapucaia e Tigre	Coelho Neto	1.862,9465	9.600,00	57,48	9.657,48
4	Fazenda Campo Grande I e I	Riachão	8.543,3760	2.986.580,74	70,15	2.986.650,89
TOTAL		4 imóveis	13.509,8217			3.003.711,2800

Fonte: Serviço de Obtenção de Terras

No valor do empenho liquidado (R\$ 3.054.998,16) são incluídos, também, os pagamentos com sobras de TDAs de áreas ajuizadas em exercícios anteriores, perfazendo-se um gasto de R\$ 51.286,88. Apesar desse valor representar despesa para a Superintendência,

não corresponde à “Área Obtida” com destinação para o Plano Nacional de Reforma Agrária, ou seja, não é contabilizado para o cumprimento da meta física.

Análise das despesas realizadas pela Sede (DF)

Por outro lado, na Ação 4460 “Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária”, ainda existem despesas com pagamento de TDAs, sendo estas feitas diretamente pela Sede (DF) e os recursos não são descentralizados para as SRs.

No exercício de 2009, o empenho liquidado pela Sede (DF) foi de R\$ 21.573.300,71 referente ao pagamento do Valor da Terra Nua (VTN) em TDA dos imóveis citados no Quadro 2. Demonstramos assim que, estes gastos ultrapassaram em 424% com relação a PO 2009 (R\$ 5.087.177). Justifica-se este percentual, já que estas áreas obtidas se localizam em regiões valorizadas, onde o preço do VTN/ha varia entre R\$ 775,46/ha e R\$ 1.484,93/ha, de acordo com a Planilha de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais, ano 2009.

Portanto, após o detalhamento das despesas da Sede (DF) e da SR(12)MA, referente ao pagamento de TDAs e indenização de benfeitorias, verificamos que o Empenho Liquidado Total e o Valor Pago Total foi de R\$ 25.022.955,47, indicando assim, que o gasto com obtenção de terras efetuadas pelo INCRA/MA no exercício de 2009, foi de R\$1.852,20 / ha.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, SIGPLAN, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
690,00	145.212,79	142.829,26	98,36	141.140,4	97,20	141.140,4	97,20

Fonte: SIAFI, 2009.

Avaliação de Resultado da Execução Físico-Financeira

Esta ação não possui unidade física de medida, logo, não há como avaliar, de forma direta, o desempenho de sua meta física, apenas a financeira. Segundo dados do SIAFI (2009), o valor liquidado foi de R\$ 141.140,40 (cento e quarenta e um mil, cento e quarenta reais e quarenta centavos), correspondendo a 97,20% da provisão recebida. Em relação ao valor empenhado no ano anterior, houve uma redução na ordem de 39,71%, uma vez que naquele ano havia sido empenhado R\$ 355.456,16 (trezentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e seis e dezesseis centavos). O valor excedido na despesa corrente programada, orçado em R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais), já era previsto dado o irrisório valor.

Avaliação do Alcance dos Objetivos e Metas

Levando em consideração que não houve interrupção brusca na execução das ações finalísticas por escassez de meios administrativos, pode-se concluir como suficiente o alcance do objetivo da ação.

As principais despesas efetuadas nesta ação consistiram no pagamento de diárias, material de consumo (como combustível e lubrificante); contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica), referente a transporte de servidores, manutenção e conservação veicular, serviços gráficos, manutenção de software e locação de espaço físico para capacitação dos servidores.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Antônio Vicente da Silva.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:

Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água, etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

³ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família atendida	5.222	2.963	9.766	56,74

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
28.721.517	33.344.026,00	33.344.026,00	100	6.636.934,70	19,90	6.636.934,70	19,90

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Pela escassez de recursos humanos habilitados na área de infra-estrutura, a Superintendência Regional do Incra no Maranhão, optou por celebrar convênios com as prefeituras, com a finalidade de aumentar o alcance dos benefícios aos assentados da Reforma Agrária, no que diz respeito à implantação/recuperação de estradas vicinais e implantação de sistemas simplificados de abastecimento d'água. Em virtude da dificuldade de operacionalização do Portal de Convênios (SICONV), tanto por parte dos servidores desta Autarquia, quanto das prefeituras, além da demora na descentralização dos recursos orçamentários, houve um atraso na celebração dos convênios planejados, fazendo com que os mesmos fossem assinados e publicados apenas no final do exercício financeiro. Este entrave fez com que tudo o que foi programado para o ano de 2009 fosse iniciado, efetivamente, apenas em 2010. Apesar disso, o número de famílias beneficiadas superou consideravelmente a meta prevista em 87% (5.222 família previstas e 9.766 famílias a serem beneficiadas com as obras conveniadas).

Considerou-se meta realizada, o quantitativo de famílias beneficiadas com as obras concluídas e recebidas em 2009, com recursos de anos anteriores (2.963 famílias). Desta forma, consideramos satisfatórios os resultados, uma vez que os recursos efetivamente empenhados em 2009 estão com suas obras iniciadas em 2010.

Avaliação de resultado da execução físico-financeira

Pelo mesmo motivo explicitado acima, os recursos orçamentários somente foram empenhados no final do ano, não sendo possível o início e/ou conclusão das obras no mesmo exercício financeiro. As obras somente estão sendo efetivamente iniciadas no ano de 2010. O volume de recursos efetivamente empenhado em 2009 atingiu 116,09% do previsto, no entanto o volume liquidado foi pequeno, de apenas 19,90% do previsto, em função das razões explanadas acima. De modo geral, considerou-se satisfatório o alcance das metas, pois inicia-se o ano de 2010 com um volume de R\$ 26.707.091,30 empenhado e a ser liquidado, permitindo com que o alcance a ser realizado em 2010 seja muito superior aos anos anteriores, quando somar-se a este os recursos a serem empenhados em 2010.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família atendida (un.)	11.716	19.690	23.502	168%

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
6.124.714	3.507.097,89	3.507.097,89	100	44.917,51	1,28	44.917,51	1,28

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

As execuções referentes à demarcação de Projetos de Assentamento no ano de 2009 são decorrentes, em sua maioria, da realização dos pregões 11 e 17 da SR(12) ainda no ano de 2008. O objetivo de contratar desses serviços é levantar as áreas reais destes imóveis, garantindo a segurança da posse por parte dos clientes da reforma agrária em relação pessoas possam tentar se apossar ilegalmente de áreas sob gestão do INCRA.

No atual estado da arte deste tipo de serviço, não se justificaria realizar uma demarcação sem atentar para o cumprimento dos pressupostos exigidos pelas Normas Técnicas de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, de forma que os contratos assinados com as empresas vencedoras dos pregões acima citados, bem como dos Pregões 08, 09 e 10 de 2009 obrigam que as empresas adjudicadas que apresentem seus trabalhos cumprindo toda legislação de Georreferenciamento para que esses assentamentos possam ser certificados, cumprindo com o disposto na lei 10.267/ 2001, dessa forma pode ser considerado que este tipo de serviço além de atende a esta ação, atende também ao descrito na ação 4426 (Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional).

O pregão eletrônico nº 11-2008 foi dividido em sete lotes numerados de I a VII, sendo vencidos por três empresas: Topcon – lote I, II, III, V e VII; Projetop – lote IV e Planacon – lote VI.

O pregão eletrônico nº 17-2008 foi dividido em três lotes numerados de I a III e vencidos por duas empresas: Planacon – lotes I e II e Projetop – lote III.

As despesas conjuntas executadas destes pregões com os aditivos totalizaram uma despesa de R\$ 3.269.427, 29 dividido entre as empresas vencedoras de cada lote dos dois pregões, segundo cada contrato em especial. São despesas que estavam previstas na PO de 2008, mas que tiveram a maior parte dos desembolsos realizados no ano de 2009, quando a maior parte dos trabalhos das empresas contratadas foi concluída.

Os trabalhos contratados não se limitaram à demarcação topográfica e ao georreferenciamento destes imóveis, sendo que boa parte dos 144 assentamentos beneficiados também tiveram suas Reservas Legais devidamente demarcadas, para que possam ser averbadas à margem da matrícula como manda a Lei 4.771/65, possibilitando, dessa forma, também a Ação 8374 (Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária), sendo que este serviço de demarcação de Reserva Legal beneficia 68 dos assentamentos licitados, desatacando o lote III do Pregão 17/2008 que foi realizado basicamente para demarcação de reservas legais, se bem que tal estratégia que gerou alguns problemas, pois muitos dos projetos de assentamento contemplados com a demarcação das reservas e dependia muito da demarcação de perímetros, que faziam parte de outros lotes e foram adjudicados pelo Pregão 08/2008 a outras empresas e isto gerou grandes problemas para a empresa Planacon que até hoje não entregou seus trabalhos.

Segue abaixo a identificação das empresas vencedoras dos pregões 11 e 17 do ano de 2008, bem como o número dos contratos e seus valores.

PREGÃO 08-2008					
Empresa	CNPJ	Lote	Contrato Nº	Valor Global (Contratado)	Aditivo
Topcon - Topografia e georreferenciamento Ltda	12075495/0001-05	I	11000/2008	R\$ 366.000,00	R\$ 14.546,84
Topcon - Topografia e georreferenciamento Ltda	12075495/0001-05	II	12000/2008	R\$ 499.000,00	R\$ 19.246,29
Topcon - Topografia e georreferenciamento Ltda	12075495/0001-05	III	13000/2008	R\$ 326.300,00	R\$ 34.130,55
Projetop - Topografia e Geodésia Ltda	05551339/0001-08	IV	9000/2008	R\$ 264.000,00	R\$ 63.947,61
Topcon - Topografia e georreferenciamento Ltda	12075495/0001-05	VI	14000/2008	R\$ 236.500,00	R\$ 23.311,50
Planacon - Planejamento Assessoria de Projetos Técnicos Ltda	06164260/0001-89	VI	10000/2008	R\$ 193.900,00	R\$ 23.023,34
Topcon - Topografia e georreferenciamento Ltda	12075495/0001-05	VII	13000/2008	R\$ 382.000,00	R\$ 19.721,16
PREGÃO 17-2008					
Planacon - Planejamento Assessoria de Projetos Técnicos Ltda	06164260/0001-89	Lote I	1000/2009	R\$ 299.900,00	
Planacon - Planejamento Assessoria de Projetos Técnicos Ltda	06164260/0001-89	Lote II	2000/2009	R\$ 348.000,00	
Topcon - Topografia e georreferenciamento Ltda	12075495/0001-05	Lote III	3000/2009	R\$ 155.900,00	
			Total	R\$ 3.071.500,00	R\$ 197.927,29
			Total c/ aditivos	R\$ 3.269.427,29	

Fonte: Contratos de Prestação de Prestação de Serviços de Georreferenciamento e Demarcação de Projetos de Assentamento.

No mês de dezembro de 2009, foram realizados mais três pregões (Pregões 08/2009, 09/2009 e 10/2009) visando a demarcação do perímetro de projetos de assentamento e no caso do pregão 10/2009, também o parcelamento e a demarcação de Reserva Legal, sendo que os mesmos devem beneficiar um total de 207 Projetos de Assentamento e ao redor de 23502 famílias.

O Pregão 08/2009 resultou nas seguintes empresas vencedoras, ao custo total, somando-se o valor de todos os contratos de R\$ 2.628.897,00, segue abaixo a relação das empresas vencedoras de cada lote, bem como o valor de cada contrato:

- Lote I – A.E.M. Lindoso, CNPJ 07.092.595/0001-00, contrato 90000/2009 (DOU 31/12/2009), no valor de R\$ 208.000,00.

- Lote II – SETA – Serviços Topográficos, Agrimensura e Construção Ltda, CNPJ 07.151.640/0001-41, contrato 20000/2009 (DOU 11/12/2009), no valor de R\$ 203.999,00.

- Lote III, 3 A Rural Engenharia S/S Ltda, CNPJ 02.813.119/0001-09, contrato 30000/2009 (DOU 14/12/2009), no valor de R\$ 257.000,00

- Lote – IV - 3A Rural Engenharia S/S Ltda, CNPJ 02.813.119/0001-09, contrato 40000/2009 (DOU 14/12/2009) , no valor de R\$ 368.498,00.

- Lote V - 3A Rural Engenharia S/S Ltda, CNPJ 02.813.119/0001-09, contrato 50000/2009 (DOU 14/12/2009), no valor de R\$ 208.000,00.

- Lote VI – 3A Rural Engenharia S/S Ltda, CNPJ 02.813.119/0001-09, contrato 60000/2009 (DOU 14/12/2009), no valor de R\$ 631.000,00.

- Lote VII – SETA – Serviços Técnicos e Agrimensura Ltda, CNPJ 05.624.307/0001-87, contrato 70000/2009 (DOU 11/12/2009), no valor de R\$ 407.400,00.

- Lote VIII - 3A Rural Engenharia S/S Ltda, CNPJ 02.813.119/0001-09, contrato 60000/2009 (DOU 11/12/2009), no valor de R\$ 345.000,00.

O Pregão 08/2009 beneficia famílias assentadas em Projetos de Assentamento que estão nos Territórios da Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Agrário, enquanto o Pregão 09/2009, beneficia famílias de quaisquer Projetos de Assentamento e foi dividido em 3 lotes com as empresas vencedoras do projeto licitatório abaixo relacionadas:

- Lote I – Projeto Topografia e Geodésia Ltda, CNPJ , contrato 91000/2009 (DOU 04/01/2010), no valor de R\$ 198.500,00.

- Lote II – Imediata – Topografia e Geodésia Ltda, contrato 92000/2009 (DOU 04/01/2010), no valor de R\$ 258.500,00.

- Lote III – Engeplagri – Ind. E Com. Agropecuária Planejamento e Agrimensura Ltda, contrato 93000/2009 (DOU 04/01/2010), no valor de R\$ 175.100,00.

O Pregão 10/2009, foi o último realizado no ano de 2009 e beneficia as famílias do Projeto de Assentamento Bocaina em São Mateus do Maranhão, sendo que além da demarcação do perímetro, engloba também o parcelamento do mesmo e a demarcação da Reserva Legal individualizada no interior de cada lote, sendo que esta demanda foi justificada pelos problemas de invasão do projeto por pessoas alheias à Reforma Agrária causada principalmente pela proximidade do Projeto com a área urbana do município.

O lote único demarcação do perímetro, parcelamento e demarcação da Reserva Legal deste Projeto de Assentamento foi adjudicado para a empresa 3A Rural Engenharia S/S por meio do contrato 94000 (DOU 04/01/2010), no valor de R\$ 171489,00

Com relação ao cumprimento das metas estabelecidas pela PO 2009, elas foram alcançadas com relativa facilidade ainda com os pregões realizados no final de 2008, que foram dado cumprimento no ano de 2009 de forma que foram beneficiadas 19690 famílias (dados Relatório do SIPRA em novembro de 2009) em um cumprimento de 168% da meta prevista.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de

negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Barguil.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Avaliação de resultados da execução físico-financeira

O Programa Terra Sol é operacionalizado nas SR a partir de demandas advindas dos Projetos de Assentamento, exigindo um projeto técnico o qual é submetido ao Setor técnico responsável pela análise. Esse projeto, sendo aprovado é submetido à Coordenação Nacional do Terra Sol para manifestação e posterior descentralização do recurso a partir da programação orçamentária destinada a SR.

No entanto, problemas são enfrentados para viabilizar a execução do projeto, pois esse poderá ser executado por meio de convenio ou execução direta por meio de licitações.

Quando exige licitação a maior dificuldade se dá na operacionalização da formalização do processo licitatório. Ainda surge outra dificuldade, talvez a maior, que é no que diz respeito à cessão de uso dos equipamentos e maquinários a ser adquirido no projeto e a definição quanto à responsabilidade de sua manutenção.

A partir das dificuldades apresentadas, na SR 12 não foi possível avançar na execução das demandas.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Barguil.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Doc. Tit. Exp.	0	1.864	5.000	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Avaliação de resultados da execução físico-financeira

Em que pese, a inexistência de meta no tocante a documentos de titulação expedidos, ainda assim, foram expedidos 1.864 Contratos de Concessão de Uso.

Análise do alcance dos objetivos e metas

Há de se considerar, como fator limitante, a falta de material humano para a execução da meta prevista de 5.000 Documentos para o ano de 2010, uma vez que existem apenas dois servidores para o cumprimento da ação de titulação, concessão e destinação.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Aurora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	P	3	Projeto Consolidado	1	1	-	100

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	262.800,00	257.905,64	98,14	45.105,64	17,16	45.105,64	17,16

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Referente a rubrica 339014, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados a esta Regional, para as ações do Programa de Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamentos – PAC, foram utilizados a seguir:

- R\$ 12.563,83(doze mil quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e três centavos), para as ações do referido programa (PAC);
- R\$ 32.541,81 (trinta e dois mil quinhentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos), utilizados em outras atividades no âmbito desta Superintendência, objetivando atender atividades emergenciais , as quais que não dispunham naquele momento de aporte orçamentários para serem atendidas;
- R\$ 4.885,63 (quatro mil oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos), saldo restante dos recursos destinados.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de

fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Unidade familiar de produção atendida (un.)	1.946	783	783	40

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.946.444	1.283.664	1.283.664,00	100	217.024,61	17	217.024,61	17

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Principais resultados

No ano de 2009 foi celebrado convênio para execução de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Implantação e Manejo de Sistemas Agroflorestais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA no Estado do Maranhão, abrangendo 08 (oito) PAS, em 05 (cinco) municípios do Estado do Maranhão, conforme quadro 1.

Quadro 1. Projetos de Assentamento beneficiados:

Nome do Projeto	Município	Famílias
DEUS É FIEL	Amarante do Maranhão	40
EL SHADAY	Amarante do Maranhão	31
OLGA BENÁRIO	Amarante do Maranhão	57
ÁRVORES VERDES	Brejo	133
ABELARDO RIBEIRO	Central do Maranhão	333
LIVRAMENTO	Mirinzal	67
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	Pirapemas	43
PAE BACURI	S. Raimundo das Mangabeiras	79
Total		783

Fonte: Serviço de Meio Ambiente

O referido convênio tem como objeto a promoção de ações de caráter técnico, educativo e científico por meio da implantação e do manejo de sistemas agroflorestais, da introdução de apicultura e meliponicultura como alternativa de produção associada à conservação do ambiente; e da recuperação de áreas degradadas com espécies nativas e/ou adaptadas oriundas da produção nos viveiros florestais dos assentamentos, beneficiando famílias em Projetos de Assentamento do INCRA, situados no Estado do Maranhão. As principais ações/metasp do referido convênio são as seguintes:

1. Apresentação do projeto para 50 jovens e adultos em cada PA – Palestra de apresentação, formação de grupos e aplicação de questionário com duração de 08 horas em cada PA;
2. Apresentação do projeto para 50 jovens e adultos em cada PA – Bingo ambiental ou jogo ambiental com os grupos formados com duração de 08 horas em cada PA;
3. Promoção de evento de caráter ambiental para crianças e adolescentes - Gincana ambiental – etapa I, com duração de 08 horas em cada PA;
4. Promoção de evento de caráter ambiental para crianças e adolescente Gincana ambiental – etapa II, com duração de 08 horas em cada PA;
5. Oficina de produção de mudas em viveiros com 20 participantes por PA e duração de 48 horas por evento;
6. Oficina de recuperação de áreas de preservação permanente com 20 participantes por PA e duração de 24 horas por evento;
7. Oficina de Implantação e manejo de sistemas agroflorestais – Etapa I, com 20 participantes por PA e duração de 24 horas por evento;
8. Oficina de Implantação e manejo de sistemas agroflorestais – Etapa II, com 20 participantes por PA e duração de 24 horas por evento;
9. Oficina de criação de abelhas - Etapa I - com 20 participantes por PA e duração de 48 horas por evento;

10. Oficina de criação de abelhas - Etapa II, com 20 participantes por PA e duração de 48 horas por evento;
11. Capacitação técnica dos assentados por meio de curso: Sistemas alternativos e segurança alimentar, com 20 participantes por PA e duração de 40 horas por evento;
12. Capacitação técnica dos assentados por meio de curso: Planejamento e organização do PA, com 20 participantes por PA e duração de 24 horas por evento;
13. Aplicação do segundo questionário com 25 participantes por PA e duração de 8 horas por evento;
14. Construção de seis viveiros com 240 m² de área nos Projetos de Assentamento Abelardo Ribeiro, Livramento, Deus e fiel, El Shaday, Olga Benário e PAE Bacuri;
15. Instalação de sistema de irrigação nos oito viveiros, utilizando uma caixa de 10.000 litros com distribuição por gravidade para os sistemas de irrigação com microaspersores nos oito PAs;
16. Instalação de sistemas de energia solar para 8 viveiros com bombas DC, para abastecimento da caixa d'água de 10.000 litros;
17. Produção de mudas durante 21 meses, totalizando 64.000 mudas frutíferas, 80.000 mudas de mata ciliar e 80.000 para áreas de Reserva Legal nos 8 PA's e produção de 480.000 mudas de sabiá para os PA's Arvores Verdes e São Jose da Vitória, sendo 240.000 para cada PA, com um aumento de, no mínimo, 20% da produção para replantios, gerando um total de mudas produzidas de $704.000 + 140.820 (20\%) = 844.820$ mudas;
18. Plantio de 16.000 mudas de espécies nativas nas nascentes dos PA's por meio das atividades de abertura de covas, plantio e tratos culturais;
19. Plantio de 32.000 mudas de espécies nativas nos igarapés ou córregos pertencentes aos 08 PAs por meio de atividades de abertura de covas, plantios de mudas e tratos culturais;
20. Plantio de 32.000 mudas de espécies nativas nos rios ou em outras APPs não contemplada na meta 19 dos 08 PAs por meio de atividades de abertura de covas, plantios de mudas e tratos culturais;
21. Reflorestar 128 ha de Reserva Legal em 08 PAs por meio do plantio de 80.000 mudas produzidas nos viveiros e cercamento das áreas reflorestadas da RL;
22. Implantação de quintais agroflorestais e arborização de áreas públicas dos assentamentos, com plantios de 64.000 mudas frutíferas diversas;
23. Implantação de sistema de aleias com sabiá (*M.caesalpiniaefolia* Benth) através de plantio de 160.000 mudas em 40 ha nos PAs Arvores Verdes e São José da Vitória, no ano 1;

24. Implantação de sistema de aleias com sabiá (*M.caesalpiniaefolia* Benth) através de plantio de 160.000 mudas em 40 ha nos PAs Arvores Verdes e São José da Vitória, no ano 2, e tratos culturais nas áreas (40 ha) do ano anterior;

25. Implantação de sistema de aleias com sabiá (*M.caesalpiniaefolia* Benth) através de plantio de 160.000 mudas em 40 ha nos PAs Arvores Verdes e São José da Vitória, no ano 3, e tratos culturais nas áreas (80 ha) dos anos anteriores.

A execução do convênio está sendo realizada por uma organização não governamental – ONG, e, para o acompanhamento e fiscalização das atividades, foram disponibilizados três servidores do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

Principais problemas

A meta prevista na PO 2009 era de 1.946 famílias, com um recurso equivalente a R\$ 1.946.444,00. Assim, considerando o déficit orçamentário e a capacidade operacional da equipe do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais desta SR, elaborou-se um Plano de ação ambiental com meta física exequível para o exercício, com ações mais abrangentes e de maior impacto na recuperação dos PAs do que se havia planejado na PO, beneficiando um total de 783 famílias.

Um dos fatores para a redução do número de famílias foi o fato de que, no Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a demanda ainda supera a capacidade de trabalho em razão do grande passivo ambiental. Dessa forma, a abrangência da meta física anteriormente estabelecida tornaria o acompanhamento da execução do convênio menos preciso e com menor eficácia.

Outro fato relevante foi a previsão de recursos financeiros, que, na fase de planejamento, estimou-se um determinado valor para projetos de recuperação, sem o detalhamento necessário. Entretanto, após análise de projeto elaborado pela conveniente constatou-se a necessidade real de valores diferentes daqueles previstos.

Cabe salientar que não houve, até o momento, erros ou insucessos na execução do convênio, apenas que o repasse de recurso ainda não foi efetivado, trazendo como consequência atraso no cronograma.

Contratações e Parcerias

Foi celebrado convênio com a Associação Educação e Meio Ambiente – Assessoria, Consultoria e Projetos – EMA, organização não governamental – ONG, para execução de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Implantação e Manejo de Sistemas Agroflorestais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA, com prazo de execução de 24 meses, no valor Global de R\$ 5.393.851,00, sendo R\$ 5.227.628,25 valor de Repasse e R\$ 166.222,75 valor da Contrapartida. Para o ano de 2009, o valor de repasse foi da ordem de R\$ 970.260,00.

Na tabela de Execução Financeiro-orçamentária das ações realizadas pela UJ, consta o valor do empenho emitido de R\$ 1.283.664,00, tendo sido efetivado o pagamento de apenas R\$ 217.024,61. O atraso no pagamento do convênio no valor de R\$ 970.260,00 foi a causa do resultado de apenas 17% de valor pago no exercício de 2009, conforme tabela 2.2.

Em razão de ter sido celebrado um convênio com um valor global de R\$ 5.393.851,00, cabe ressaltar que os recursos para os anos de 2010 e 2011 da ação de manejo de recursos naturais estão previstos no Plano Plurianual. A despesa decorrente da contratação correrá no exercício de 2009 através da Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho 001634, Ação 2B06 – Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, Natureza da Despesa 445041, Fonte 0100000000 – Tesouro Nacional, Plano Interno CO1372B0630. Os recursos para o ano de 2010 encontram-se previstos na Programação Orçamentária do respectivo ano, e a dotação orçamentária e o empenho serão providenciados à medida que forem descentralizados pelo INCRA Sede.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	3	Fam./Atend.	11.340	18.454	11.630	162,73

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
128.143.535	158.098.400	158.088.400	99,99	68.937.800	43,60	68.937.800	43.60

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Avaliação de resultados

Tomando-se por base a meta estabelecida de 11.340 (onze mil trezentos e quarenta) famílias a serem assistidas com o Crédito Instalação, no contexto a Programação Operacional 2009, comparada ao número de famílias efetivamente contempladas em torno de 18.454 famílias, chegou-se ao significativo percentual de 162,73%.

Levando-se em consideração que o Crédito Instalação implementado na Programação Operacional 2009 foi delineado de conformidade com algumas modalidades existentes, tais como: **Apoio Inicial, Complementação de Apoio Inicial, Aquisição de Material de Construção, Complementação de Aquisição de Material de Construção e Recuperação Material de Construção**, justifica-se plenamente o incremento obtido, sobretudo quando várias famílias foram beneficiadas com mais de uma modalidade de crédito.

Por outro lado, verifica-se que da provisão recebida de R\$ 158.098.400,00 (cento e cinquenta e oito milhões, noventa e oito mil e quatrocentos reais), foram empenhados R\$ 158.088.400 (cento e cinquenta e oito milhões. Oitenta e oito mil e quatrocentos reais) e liquidados e pagos R\$ 68.937.800,00 (sessenta e oito milhões, novecentos e trinta e sete mil e oitocentos reais), resultando em uma aplicação de 43,60% dos recursos orçamentário-financeiros estabelecidos.

O quadro demonstrativo da execução financeiro-orçamentária, das ações realizadas, apresentou o valor pago de 68.937.800,00 (sessenta e oito milhões, novecentos e trinta e sete

mil e oitocentos reais) em relação a provisão recebida de 158.098.400,00 (cento e cinquenta e oito milhões, noventa e oito mil e quatrocentos reais), apresentando, por conseguinte, um percentual de execução de 43,60%.

O baixo percentual de execução financeira deveu-se à incidência dos seguintes fatores:

1. Insuficiência de recursos financeiros para pagamento dos processos de crédito instruídos e empenhados dentro do exercício de 2009. Fato este evidenciado através de inúmeros processos de crédito da PO/2009 pagos em janeiro e fevereiro de 2010 (restos a pagar).
2. Falta de resposta, em tempo hábil, referente à abertura das contas-correntes das associações dos Projetos de Assentamento, por parte do Banco do Brasil.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	-	1.097.281	-	-	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.097.281	1.992.54,55	1.979.889,70	99,36	1.769.504,11	88,80	1.769.504,11	88,80

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Avaliação do alcance dos objetivos e Metas

Os recursos do GAP foram utilizados em pagamentos de diárias aos servidores desta Divisão em deslocamentos aos projetos de assentamento visando a aplicação e fiscalização dos Créditos Instalação e elaboração de projetos básicos de obras de infraestrutura e acompanhamento e fiscalização da execução dos convênios firmados no âmbito desta Superintendência Regional.

Para a execução das metas enumeradas no item anterior, se fez necessário aplicar o restante dos recursos com suprimento de fundo a servidores em viagens conduzindo técnicos desta Divisão em suas atividades de campo; aquisição de combustíveis e lubrificantes, pagamento de locação de viaturas, bem como, pagamento para manutenção das viaturas do INCRA (oficina), material de expediente para suprir as atividades de escritório da Divisão, tais como: suprimentos de informática e locação de impressoras.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Luiz Alfredo Soares da Fonseca.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrares;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

⁴ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

- d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;
- e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;
- f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e
- g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada % (i = g/f)
21	125	A	3	Unidade	2.041	9.670	0	474

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-Orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
18.372,00	102.031,57	33.038,64	32,38	72.136,64	70,70	72.136,64	70,70

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Principais resultados

A diferença da meta física prevista para a meta realizada, deve-se ao aumento dos Termos de Cooperação Técnica celebrados com as Prefeituras municipais, possibilitando assim, maior atendimento aos pedidos de Atualizações Cadastrais.

Outro fato que justifica a diferença (maior) entre o programado e o realizado em 474% é o trabalho de Georreferenciamento (Lei 10.267/2001) que vem permitindo maior controle sobre os imóveis rurais, permitindo cruzamento de informações com os serviços de registro de imóveis, buscando aperfeiçoamento do cadastro rural.

Principais problemas

Os principais problemas, para o desempenho das ações, são relativos à dificuldade de aceitação de muitas prefeituras municipais em aderir ao termo de cooperação técnica com o

INCRA com vistas a implantação das Unidades Municipais de Cadastramento para atender ao público alvo das ações de cadastro rural, bem como a falta de participação de muitos chefes das Unidades Municipais de Cadastramento nos treinamentos e capacitações.

Contratações e Parcerias

Foram feitos grandes esforços para o aumento de postos de atendimento de cadastro rural através da assinatura do termo supra citado e capacitação dos servidores municipais.

Transferências

Não houve.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

A UJ não desenvolveu nenhuma atividade desta ação.

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases

Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Marcelo Cunha.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	ha	0	805,0000	0	**

Fonte: SRFA(02), janeiro 2010.

**** Não há percentual, pois não houve meta prevista.**

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

PROGRAMA TERRA LEGAL

Antes de discorrer sobre a análise físico-financeira da ação faz-se importante contextualizar as modificações importantes que ocorreram no ano de 2009 no que tange a regularização fundiária na Amazônia Legal.

Para isso se faz necessário fazer uma apresentação do Programa Terra Legal, estruturado a partir da MP nº. 458, de fevereiro de 2009, convertida na Lei nº. 11.952, de 25 de junho de 2009. O Programa Terra Legal tem como principal objetivo acelerar o processo de regularização fundiária na Amazônia legal, tanto em áreas rurais quanto urbanas, a fim de se obter uma resposta efetiva da regularização fundiária na Amazônia Legal, principal demanda para promoção do desenvolvimento sustentável na região. Para que isso ocorra foi necessária a mudança do marco legal, a construção de parcerias entre os entes federais, estaduais, municipais e uma maior participação da sociedade civil organizada.

Uma mudança primordial foi a transferência para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em caráter extraordinário, pelo prazo de 05 anos, prorrogável por igual período, a competência para coordenar e supervisionar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal, conforme definido pela Lei 11.952/09, sendo que a competência para a operacionalização dos procedimentos administrativos a serem realizados até a finalização da titulação das ocupações foi delegada à Superintendência Nacional de Regularização Fundiária – SRFA - por meio da Portaria MDA Nº. 20, de 08 de abril de 2009.

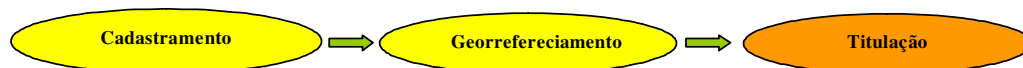
Portanto, a regularização fundiária passou a ser executada de forma compartilhada, cabendo a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF – a regularização fora da Amazônia, já as áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, a execução ficou sob a responsabilidade da SRFA.

Uma das maiores dificuldades para deslanchar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal era a flexibilização do marco legal. Apesar das alterações, um dos problemas que impactou negativamente a execução da regularização fundiária na Amazônia Legal foi a demora para se regulamentar o novo marco legal, pois a MP 458 foi editada em fevereiro de 2009, a Lei 11.952 foi editada em junho, que foi regulamentada pelo Decreto nº 6.992, de 28 de outubro de 2009. Portanto, como se pode observar, apesar dos esforços empenhados para se estruturar o Programa Terra Legal, o marco legal foi regulamentado no final do exercício de 2009.

O Programa tem como braço executor a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, que conta com escritórios em todos os estados da Amazônia Legal, que são as Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, que no caso específico, é a Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal no Estado do Maranhão – SRFA(02). A gestão do Programa é realizada pela Secretaria Executiva Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SERFAL – que está ligada diretamente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

No caso específico do Maranhão, o Estado possui 331.983,293 km², e desses, 263.466.893,804 km² estão inseridos dentro da Amazônia Legal, correspondendo a um percentual de quase 80% da área. Nas áreas fora da Amazônia Legal, ou seja, cerca de 20% do território do Estado, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – SR(12)F, continuou a executar essa ação.

Quanto à execução física é fundamental explicar como a regularização fundiária na Amazônia está sendo realizada. Inicialmente é realizado o cadastramento dos ocupantes de terras públicas, ação priorizada no exercício de 2009, a qual cadastrou no Maranhão 1.441 ocupações, com uma área total de 147.659,6871ha, envolvendo 34 municípios. Outra ação primordial para a regularização é o georreferenciamento das áreas a serem tituladas, bem como das glebas federais das quais serão destacadas as áreas regularizadas. Trata-se de uma das premissas, contidas na Lei, ou seja, não se pode realizar qualquer ação de regularização fundiária sem que haja o cadastramento e o georreferenciamento das glebas e parcelas.



O Programa Terra Legal no estado do Maranhão foi iniciado no fim do mês de julho de 2009, com a primeira nomeação. A equipe técnica do Programa foi lotada apenas no dia 28 de setembro de 2009, através da Portaria/INCRA/DA/Nº.390, devendo ser considerado um período para que todos os servidores lotados no Programa se desligassem definitivamente da atividade que estavam desenvolvendo nos seus setores de origem na SR(12).

Além de recursos humanos, que até o início de 2010 ainda eram insuficientes, foi necessária também a aquisição de todos os recursos materiais necessários, como espaço físico, mesas, cadeiras, computadores, telefones, GPS, viaturas.

Portanto, além dos problemas de estruturação mínima da Divisão, ainda tivemos problemas relativos à demora para regulamentação da Lei, que juntos comprometeram a execução das ações do Terra Legal no Estado do Maranhão.

DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

Devido à fase de estruturação acima descrita, não foram estabelecidas metas físicas no exercício de 2009 e nem foram descentralizados recursos para execução desta ação.

Mesmo com todas as dificuldades relatadas foi possível realizar no mês de dezembro o georreferenciamento de 14 imóveis, somando uma área de 805,0000ha. Esse trabalho só foi possível devido à otimização dos trabalhos de cadastramento na Gleba Colone, permitindo que uma equipe formada por três servidores, no período de duas semanas, executasse o

serviço.

Essa ação, além de representar economicidade e benefício ao erário, uma vez que a equipe já se encontrava realizando trabalhos na região, se constitui como o segundo passo para emissão de títulos para as famílias que possuem ocupações em terras públicas federais.

A Lei 11.952/09 determina que somente poderão ser regularizadas as ocupações rurais inseridas em glebas da União após o georreferenciamento da gleba e das próprias ocupações. No Maranhão a Gleba Colone é a única georreferenciada, sendo portanto a única na qual poderíamos realizar o georreferenciamento das ocupações nela inseridas, naquele momento.

Ressalta-se a dificuldade enfrentada inicialmente, pois para a execução do georreferenciamento a Divisão conta apenas um servidor capacitado para tal serviço. Portanto, optou-se por terceirizar os trabalhos por meio de licitação, em processos realizados pela SRFA em Brasília.

Contudo, surgiram problemas quanto à análise jurídica dos processos de licitação, com isso o primeiro pregão que incluía o Maranhão foi realizado em novembro e o segundo em dezembro. Nesses contratos estão previstos o georreferenciamento de oito sedes municipais, para proceder a doação às prefeituras, e a medição de 4.000 ocupações na Colone, com área total de cerca de 850 mil hectares em dezessete municípios. Com essa contratação, a SRFA(02) poderá georreferenciar, através de execução indireta, um número significativo de imóveis no exercício 2010.

Além dessa, outras providências já foram adotadas para que os resultados do exercício de 2010 sejam ainda melhores, entre eles: a realização de um novo processo licitatório para georreferenciamento de 6.000 km, envolvendo sete municípios; a realização de um curso de especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais, onde será capacitada toda equipe envolvida no Programa que possui perfil para execução desse trabalho, objetivando a validação e fiscalização das peças técnicas que serão recebidas; e locação GPS geodésico para fiscalização dos trabalhos.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	ha	13.432,3879	0	147.659,6871	0

Fonte: SRFA(02), janeiro 2010.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	64.744,11	57.021,77	88,07 %	53.875,52	83,21 %	53.875,52	83,21

Fonte: SIAFI (04/01/2010).

Programa Terra Legal

Antes de discorrer sobre a análise físico-financeira da ação faz-se importante contextualizar as modificações importantes que ocorreram no ano de 2009 no que tange a regularização fundiária na Amazônia Legal.

Para isso se faz necessário fazer uma apresentação do Programa Terra Legal, estruturado a partir da MP nº. 458, de fevereiro de 2009, convertida na Lei nº. 11.952, de 25 de junho de 2009. O Programa Terra Legal tem como principal objetivo acelerar o processo de regularização fundiária na Amazônia legal, tanto em áreas rurais quanto urbanas, a fim de se obter uma resposta efetiva da regularização fundiária na Amazônia Legal, principal demanda para promoção do desenvolvimento sustentável na região. Para que isso ocorra foi necessária a mudança do marco legal, a construção de parcerias entre os entes federais, estaduais, municipais e uma maior participação da sociedade civil organizada.

Uma mudança primordial foi a transferência para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em caráter extraordinário, pelo prazo de 05 anos, prorrogável por igual período, a competência para coordenar e supervisionar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal, conforme definido pela Lei 11.952/09, sendo que a competência para a

operacionalização dos procedimentos administrativos a serem realizados até a finalização da titulação das ocupações foi delegada à Superintendência Nacional de Regularização Fundiária – SRFA - por meio da Portaria MDA Nº. 20, de 08 de abril de 2009.

Portanto, a regularização fundiária passou a ser executada de forma compartilhada, cabendo a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF – a regularização fora da Amazônia, já as áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, a execução ficou sob a responsabilidade da SRFA.

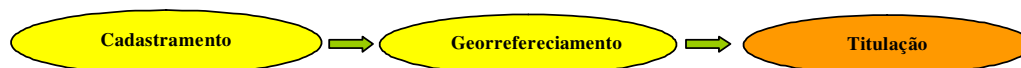
Uma das maiores dificuldades para deslanchar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal era a flexibilização do marco legal. Apesar das alterações, um dos problemas que impactou negativamente a execução da regularização fundiária na Amazônia Legal foi a demora para se regulamentar o novo marco legal, pois a MP 458 foi editada em fevereiro de 2009, a Lei 11.952 foi editada em junho, que foi regulamentada pelo Decreto nº 6.992, de 28 de outubro de 2009. Portanto, como se pode observar, apesar dos esforços empenhados para se estruturar o Programa Terra Legal, o marco legal foi regulamentado no final do exercício de 2009.

O Programa tem como braço executor a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, que conta com escritórios em todos os estados da Amazônia Legal, que são as Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, que no caso específico, é a Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal no Estado do Maranhão – SRFA(02). A gestão do Programa é realizada pela Secretaria Executiva Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SERFAL – que está ligada diretamente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

No caso específico do Maranhão, o Estado possui 331.983,293 km², e desses, 263.466.893,804 km² estão inseridos dentro da Amazônia Legal, correspondendo a um percentual de quase 80% da área. Nas áreas fora da Amazônia Legal, ou seja, cerca de 20% do território do Estado, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – SR(12)F, continuou a executar essa ação.

Quanto à execução física é fundamental explicar como a regularização fundiária na Amazônia está sendo realizada. Inicialmente é realizado o cadastramento dos ocupantes de terras públicas, ação priorizada no exercício de 2009, a qual cadastrou no Maranhão 1.441 ocupações, com uma área total de 147.659,6871ha, envolvendo 34 municípios. Outra ação primordial para a regularização é o georreferenciamento das áreas a serem tituladas, bem como das glebas federais das quais serão destacadas as áreas regularizadas. Trata-se de uma das premissas, contidas na Lei, ou seja, não se pode realizar qualquer ação de regularização

fundiária sem que haja o cadastramento e o georreferenciamento das glebas e parcelas.



O Programa Terra Legal no estado do Maranhão foi iniciado no fim do mês de julho de 2009, com a primeira nomeação. A equipe técnica do Programa foi lotada apenas no dia 28 de setembro de 2009, através da Portaria/INCRA/DA/Nº.390, devendo ser considerado um período para que todos os servidores lotados no Programa se desligassem definitivamente da atividade que estavam desenvolvendo nos seus setores de origem na SR(12).

Além de recursos humanos, que até o início de 2010 ainda eram insuficientes, foi necessária também a aquisição de todos os recursos materiais necessários, como espaço físico, mesas, cadeiras, computadores, telefones, GPS, viaturas.

Portanto, além dos problemas de estruturação mínima da Divisão, ainda tivemos problemas relativos à demora para regulamentação da Lei, que juntos comprometeram a execução das ações do Terra Legal no Estado do Maranhão.

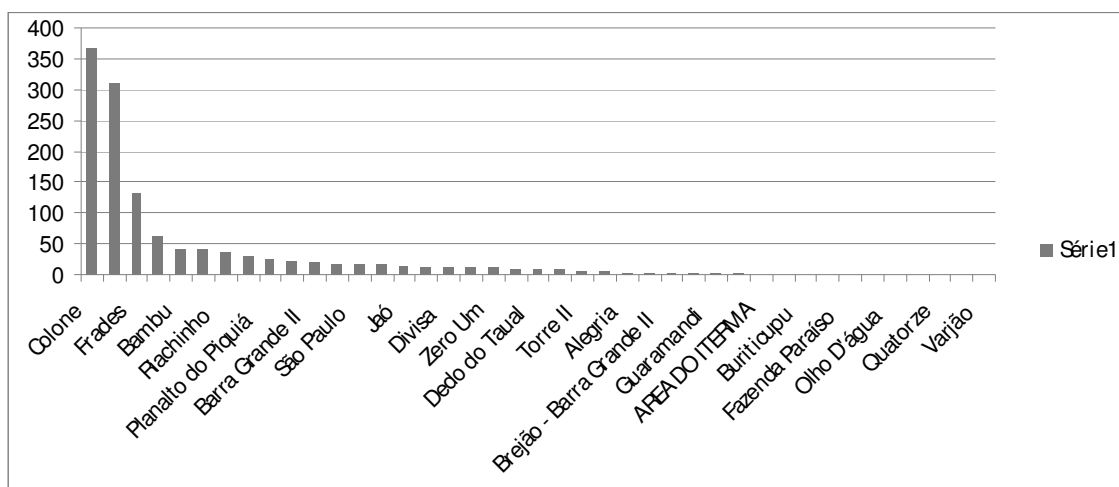
Execução Físico-Financeira

Mesmo com todas as dificuldades relatadas (falta de recursos materiais e humanos, estruturação do programa), ao longo do segundo semestre de 2009 procedemos a formalização de 1.441 processos de regularização em áreas rurais e de 8 processos para doação de áreas urbanas, conforme detalhado na tabela e na planilha abaixo.

Doação de Áreas Urbanas	Famílias a serem beneficiadas	Área solicitada (ha)
Buritirana	4.300	75,0000
Governador Edson Lobão	14.000	243,2291
São Francisco do Brejão	4.000	52,4290
Senador La Rocque	2.220	10,1000
Vila Nova dos Martírios	4.000	30,8731
Vitoria do Mearim	8.375	309,3518
Amapá do Maranhão	5.000	366,2294
Satubinha/MA	2.550	180,2485
TOTAL		1.336,4878

Fonte: SRFA(02), jan. 2010

Processos formalizados nas Glebas Federais no Estado do Maranhão



Fonte: SRFA(02), jan. 2010

A meta física calculada para o exercício de 2009 foi baseada no valor unitário de R\$ 4,82/ha, mesmo valor praticado no exercício de 2008. Considerando a provisão recebida, a meta física foi estabelecida em 13.432,3879 ha. O resultado da ação 2110 não se dá de forma imediata, sendo necessário, após protocolo dos processos, procedermos as análises processuais, georreferenciar os imóveis e proceder a validação das peças técnicas e, no caso dos imóveis localizados em áreas rurais, proceder a vistoria.

Dessa forma, mesmo com um percentual de execução de zero por cento da meta realizada, conseguimos alcançar avanços significativos, tanto na formalização de processos, como na vistoria de imóveis, que propiciarão o alcance dos resultados no exercício de 2010. Dentre as áreas que já possuíam georreferenciamento, foram realizadas 23 vistorias com área total de 1.111,6612 ha.

Com a contratação dos serviços de georreferenciamento no ano de 2010 e a respectiva entrega das peças técnicas, será possível atingir e até superar a meta física proposta na ação para o referido exercício.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias

edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

***A UJ não desenvolveu nenhuma atividade nesta ação.**

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	ha	84.973,9840	166.640,6580	0	196,1

Fonte: SRFA(02), janeiro 2010.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	424.869,92	421.999,23	99,32%	413.515,26	97,32%	413.515,26	97,32

Fonte: SIAFI (04/01/2010).

Programa Terra Legal

Antes de discorrer sobre a análise físico-financeira da ação faz-se importante contextualizar as modificações importantes que ocorreram no ano de 2009 no que tange a regularização fundiária na Amazônia Legal.

Para isso se faz necessário fazer uma apresentação do Programa Terra Legal, estruturado a partir da MP nº. 458, de fevereiro de 2009, convertida na Lei nº. 11.952, de 25 de junho de 2009. O Programa Terra Legal tem como principal objetivo acelerar o processo de regularização fundiária na Amazônia legal, tanto em áreas rurais quanto urbanas, a fim de se obter uma resposta efetiva da regularização fundiária na Amazônia Legal, principal demanda para promoção do desenvolvimento sustentável na região. Para que isso ocorra foi necessária a mudança do marco legal, a construção de parcerias entre os entes federais, estaduais, municipais e uma maior participação da sociedade civil organizada.

Uma mudança primordial foi a transferência para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em caráter extraordinário, pelo prazo de 05 anos, prorrogável por igual período, a competência para coordenar e supervisionar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal, conforme definido pela Lei 11.952/09, sendo que a competência para a operacionalização dos procedimentos administrativos a serem realizados até a finalização da titulação das ocupações foi delegada à Superintendência Nacional de Regularização Fundiária – SRFA - por meio da Portaria MDA Nº. 20, de 08 de abril de 2009.

Portanto, a regularização fundiária passou a ser executada de forma compartilhada, cabendo a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF – a regularização fora da Amazônia, já as áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, a execução ficou sob a responsabilidade da SRFA.

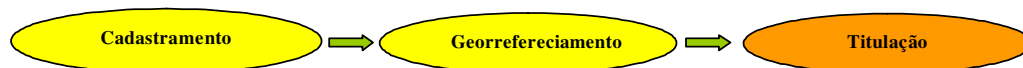
No caso específico do Maranhão, o Estado possui 331.983,293 km², e desses, 263.466.893,804 km² estão inseridos dentro da Amazônia Legal, correspondendo a um percentual de quase 80% da área. Nas áreas fora da Amazônia Legal, ou seja, cerca de 20% do território do Estado, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – SR-12F, continuou a executar essa ação.

Uma das maiores dificuldades para deslanchar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal era a flexibilização do marco legal. Apesar das alterações, um dos problemas que impactou negativamente a execução da regularização fundiária na Amazônia Legal foi a demora para se regulamentar o novo marco legal, pois a MP 458 foi editada em fevereiro de 2009, a Lei 11.952 foi editada em junho, que foi regulamentada pelo Decreto nº 6.992, de 28 de outubro de 2009. Portanto, como se pode observar, apesar dos esforços empenhados para se estruturar o Programa Terra Legal, o marco legal foi regulamentado no final do exercício de 2009.

O Programa tem como braço executor a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, que conta com escritórios em todos os estados

da Amazônia Legal, que são as Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal. A gestão do Programa é realizada pela Secretaria Executiva Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SERFAL – que está ligada diretamente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Quanto à execução física é fundamental explicar como a regularização fundiária na Amazônia está sendo realizada. Inicialmente é realizado o cadastramento dos ocupantes de terras públicas, ação priorizada no exercício de 2009, a qual cadastrou no Maranhão 1.441 ocupações, com uma área total de 147.659,6871ha, em 34 municípios. Outra ação primordial para a regularização é o georreferenciamento das áreas a serem tituladas, bem como das glebas federais das quais serão destacadas as áreas regularizadas. Trata-se de uma das premissas, contidas na Lei, ou seja, não se pode realizar qualquer ação de regularização fundiária sem que haja o georreferenciamento das glebas e parcelas.



O Programa Terra Legal no estado do Maranhão foi iniciado no fim do mês de julho de 2009, com a primeira nomeação. A equipe do Programa foi lotada apenas no dia 28 de setembro de 2009, através da Portaria/INCRA/DA/Nº.390, devendo ser considerado um período para que todos os servidores lotados no Programa se desligassem definitivamente da atividade que estavam desenvolvendo nos seus setores de origem. Além de recursos humanos, foi necessária também a aquisição de todos os recursos materiais necessários, como espaço físico, mesas, cadeiras, computadores, GPS, viaturas.

Portanto, além dos problemas de estruturação da Divisão, ainda tivemos problemas relativos com a demora para regulamentação da Lei, que juntos configuraram como problemas para execução das ações do Terra Legal.

Execução Físico-Financeira

As metas físicas estabelecidas para o exercício de 2009 foram calculadas com base no valor unitário de R\$ 5,00/ha. Considerando a provisão recebida, a meta física realizada superou significativamente (96,1%) a meta estabelecida.

A SRFA(02) iniciou suas atividades em julho de 2009 com o cadastramento das ocupações na ação Arco Verde Terra Legal, em Amarante do Maranhão. Após esse trabalho, e mesmo com um número reduzido de servidores, foram instalados postos de cadastramento de ocupantes de terras públicas federais em 32 localidades em 21 municípios, conforme tabela

abaixo. No total foram realizados 1.441 cadastros, com área de 147.659,6871ha, definida como ação prioritária para o exercício de 2010.

Postos de cadastramento instalados no exercício de 2009.

MUNICÍPIO	LOCAL DO POSTO	PERIODO
Amarante do Maranhão	Sede, Mundo Novo, Grotão, Jurema, Batedouro, Alvoradinha e Vila Fortaleza	31/07 a 08/08
João Lisboa	Mussambê	24/ago
Senador La Rocque	Sede e Centro do Toinho	25 a 27/08
Buritirana	Sede	28 a 29/08
Cidelândia	Sede e Povoado Centro do Zé Henrique	21 a 23/09
Vila Nova dos Martírios	Sede	24 a 25/09
São Pedro da Água Branca	Sede	26 /09 a 02/10
Itinga	Sede	13 a 14/out
Açailândia	Pov. Piquiá	15 a 16/out
Bom Jesus das Selvas	Sede	17 a 18/out
Imperatriz	Coquelândia e Petronília	3 e 4/nov
São Francisco do Brejão	Capemba D'Água e Sede	5 e 6/nov
Governador Edson Lobão	sede	7/nov
Zé Doca	Sede	05/out a 07/out
Pedro do Rosário	Pov. Ferreirinha e Núcleo 9	8 e 9/out
Araguanã	Sede	10/out
Santa Luzia do Paruá	Sede	30/nov e 01 e 02/dez
Nova Olinda do Maranhão	Sede	03 a 05/dez
Presidente Médice	Sede	14 e 15/dez
Centro do Guilherme	Sede	16 e 17/dez
Maranhãozinho	Sede	18 e 19/dez

Além das atividades realizadas em campo, foi implantado um posto fixo do Terra Legal na Unidade Avançada de Imperatriz para cadastramento dos ocupantes que não tiveram oportunidade de se cadastrarem nos postos móveis instalados.

Importante ressaltar o apoio oferecido pelas Prefeituras Municipais, às quais cederam funcionários para auxiliar na atividade de cadastramento dos ocupantes, sem a necessidade de repasse de recursos.

Ainda foram realizadas atividades de identificação ocupacional das áreas já cadastradas, objetivando determinar sua localização geográfica, visando dar subsídios aos trabalhos de georreferenciamento que serão executados no exercício de 2010. No total foram identificados 123 imóveis, em quatro glebas, com uma área total de 18.980,9709 ha.

Consideram-se satisfatórios os resultados obtidos na execução da ação, resultados esses que permitirão os avanços necessários nas ações de georreferenciamento e regularização fundiária de imóveis rurais no exercício de 2010.

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	-	0	-	-	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
8.410	181.702,56	174.161,62	95,8%	74.667,62	41,1%	74.667,62	41,1

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

O diagnóstico desta Ação é feito apenas em termos financeiros em razão de não existir unidade física de medida.

Avaliação do alcance dos objetivos e Metas

As despesas efetuadas nesta ação consistem no uso de material de consumo (como combustível e lubrificantes); contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica), manutenção e conservação de veículos, e pagamento de diárias. Os principais problemas: transferências de recursos para execução das tarefas terem sido concretizadas na maior parte, no final do ano.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Daniel Maia.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Walter Gonçalves da Costa.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

⁵ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	138	A	3	Servidor Capacitado (un)	147	197	-	134

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
36.782	106.835,58	106.835,58	99,54	92.319,41	86,41	92.319,41	86,41

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

PRINCIPAIS RESULTADOS DA CAPACITAÇÃO 2009

- Com relação a pós-graduação tivemos 05 servidores que iniciaram suas especializações Lato Sensu. São cursos que realmente tem relação direta com suas atividades na SR(12)MA.

CURSO: AUDITORIA E PERÍCIA AMBIENTAL

408 HORAS

VALOR TOTAL DO CURSO: R\$6.420,00

INÍCIO EM 29/05/2009 E TÉRMINO: 03/12/2010

SERVIDORAS: ANIDA CLAUDIA DOMINICI SOARES - ENGENHEIRA AGRÔNOMA e HULDA ROCHA E SILVA – ANALISTA EM REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CURSO: GEOPROCESSAMENTO APLICADO AO PLANEJAMENTO URBANO E RURAL

408 HORAS

VALOR TOTAL DO CURSO: R\$ 6.960,00

INÍCIO EM 06/02/09 E TÉRMINO EM 15/08/2010

SERVIDORES: CARLOS AUGUSTO FORTALEZA CASTRO – ENGENHEIRO CIVIL, JOEL BUNA ROCHA PINTO – ENGENHEIRO AGRÔNOMO e JOEL NUNES PEREIRA – ENGENHEIRO AGRÔNOMO

- Tivemos cursos de curta duração ministrado por servidor da própria SR(12)MA para seu colegas de trabalho. Como: Curso Básico de GPS em janeiro de 2009 e o Curso Sistema de Processamento de Informações Georreferenciadas – SPRING em março/2009. Foram cursos sem custo algum com diárias, inscrição, passagens e de muita relevância para o INCRA.
- A capacitação em Portal de Convênio em maio/2009 feito pelo servidor Aldemir de Souza Carvalho foi um dos resultados mais positivos, ele foi tão bem capacitado que até hoje, outras Superintendências Regionais o procuram para pedir ajuda em relação ao SICONV.
- Foram realizados outros cursos de curta duração totalizado 353 horas de capacitação.

PRINCIPAIS PROBLEMAS DA CAPACITAÇÃO 2009

- Os recursos descentralizados para capacitação dos servidores da SR(12)MA foram insuficientes. Tivemos servidores interessados em alguns cursos e não tinha mais recurso disponível.
- A autorização para cursos de pós-graduação foram suspensos em abril/2009.
- Falta ser aplicado com mais eficiência o Plano Nacional de Capacitação dos Servidores do INCRA. Não há um planejamento estratégico para por em prática o mesmo.
- Não há um programa de educação continuada para os servidores(principalmente os mais antigos) do INCRA/MA, para proporcionar uma melhor qualificação, como: incentivo a fazer cursos de nível superior e concluir o nível médio.
- Falta uma política concreta de valorização do servidor do INCRA.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Rui Alcides dos Santos.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁶

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seu acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

⁶ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família acampada assistida	544	9187	0	1688,78

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
60.900,00	249.916,52	238.095,29	95,27	209.892,95	83,99	209.892,95	83,99

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Meta Prevista

Em 2009 a Ouvidoria Agrária Regional, com base no número de famílias existentes em acampamentos de trabalhadores rurais cadastrados nesta UF, programou a distribuição de cestas de alimentos, para 8.491 famílias, em duas etapas, totalizando 16.982 cestas. Cada cesta possui 22 kg de alimentos. Também foi programada a expedição de documentação a trabalhadores rurais que ainda não possuíam documentos pessoais, tendo sido emitidos 16.451 documentos, nos municípios situados dentro do Território da Cidadania, sendo emitidos 10.356 documentos para mulheres e 5.998 documentos para homens. Além da expedição dos referidos documentos, foram feitos outros atendimentos por instituições parceiras do programa, totalizando 31.735 atendimentos. A previsão é que esse número aumente ainda mais em 2010.

Meta realizada

Em relação à distribuição das cestas de alimentos, a Meta prevista para o exercício de 2009 foi efetivamente realizada, mas somente foi possível a execução de duas etapas, em razão das dificuldades de transporte dos produtos. Em relação à expedição de documentação à mulher trabalhadora rural, a meta não só foi realizada, como foi superada.

Meta a ser realizada em 2010

Em 2010 a previsão é de atendimento das mesmas 8.491 famílias, só que em 4 etapas, num total de 33.964 cestas de alimentos.

Necessário se faz registrar que, em 2010, será de fundamental importância o envio de uma reserva técnica de pelo menos 5.000 cestas de alimentos, para o atendimento emergencial de

famílias que estão fora da referida programação, mas que já atravessam dificuldades, em razão da seca que começa a assolar o Estado do Maranhão.

Principais resultados

A cesta de alimentos do Programa Fome Zero tem sido de grande importância para os nossos trabalhadores rurais acampados, pois vem servindo para amenizar a situação precária em que estão sobrevivendo, enquanto aguardam ser atendidos pelo Programa Oficial de Reforma Agrária. Daí a necessidade de aumento do número de etapas, para pelo menos seis etapas anuais. Esse número corresponde a uma cesta de alimentos a cada dois meses para as famílias acampadas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Quanto à expedição de documentação à mulher trabalhadora, os resultados de 2009 superaram as expectativas, tendo sido expedidos cerca de 16.451 documentos. Para essas tarefas, esta Superintendência Regional conta com uma mão-de-obra composta de servidores experientes, sem o que não seria possível alcançar as metas programadas. Em 2010 deverá contar com o reforço de um caminhão de grande porte para a entrega das cestas de alimentos.

Principais Problemas

Os principais problemas enfrentados têm sido a escassez de recursos para diárias e suprimento de fundos, já que os trabalhos envolvem muitos servidores e um tempo considerável para serem executados. Os recursos disponibilizados para diárias, por exemplo, não levaram em conta o reajuste do valor da diária superior a 100,00%. Outro problema é a dificuldade de acesso e, por vezes, a ingerência de algumas poucas lideranças comunitárias nos trabalhos, mas esses entraves têm sido superados pelas equipes responsáveis pela distribuição, composta de servidores experientes.

Contratações e Parcerias

As nossas principais parcerias na distribuição de cestas de alimentos são com a CONAB, a FUNASA e com Movimentos Sociais, notadamente, o MST e a FETAEMA, e têm sido de fundamental importância para o cumprimento de nossas metas. Na expedição da documentação à mulher trabalhadora são parceiros a INSS, CEF, BNB, Prefeituras Municipais, Ministério do Trabalho. Sem essas parceiras, não teria sido possível o cumprimento de nossas metas do exercício de 2009.

Transferências

A distribuição das cestas de alimentos, nesta UF, se dá da seguinte maneira: das 8.491

cestas de alimentos disponibilizadas a esta UF, 5.253 cestas são de responsabilidade da sede da Superintendência Regional; 2.732 cestas de responsabilidade da Unidade Avançada de Imperatriz, e 506 cestas são estocadas no armazém da CONAB do Estado Piauí, Órgão que vem colaborando com desprendimento na distribuição dos alimentos. Os trabalhos de expedição são realizados por servidores da Sede da Superintendência Regional, com o apoio das Unidades Avançadas e dos Órgãos parceiros. Cabe ao INCRA arcar com as despesas de deslocamento e estadia dos seus servidores e das Instituições parceiras.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Alexandro da Anunciação Reis

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Juliana Rosa Mattos Pinheiro.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁷

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

⁷ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	P	3	Comunidade titulada	11	0	4	0

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
475.000,0	264.427,49	167.526,29	63,35	167.526,29	63,35	167.526,29	63,35

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Principais resultados

No presente exercício de 2009, não se chegou à titulação de comunidade remanescente de quilombo, porém, deu-se no andamento em 04 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação-RTID que gerará publicação para 2010 e, ainda concluiu-se a decretação de 05 territórios quilombolas que beneficiará **754** famílias, totalizando 16.726,0975 ha em 11 imóveis a serem desapropriados e, por fim, através de gestão da Sede do INCRA celebrou-se uma importante parceria com o Estado em prol do cumprimento da meta de titulação de territórios quilombolas.

Os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação-RTID iniciados em 2009 foram das seguintes comunidades quilombolas: Monge Belo; Cariongo; Jacareí dos Pretos e, Pitoró dos Pretos, que deverão gerar publicação de RTID em 2010.

Foram realizadas ainda, ações em área de conflito como reuniões para mediação e encaminhamentos nas áreas quilombolas com maior incidência de conflito agrário, nas áreas com necessidade urgente de elaboração e conclusão de RTIDs para dar andamento nos processos com demanda de ações judiciais e acompanhamento direto do Ministério Público Federal.

Dentre as ações executadas no exercício tem-se às mediações de conflito, como o levantamento ocupacional do Projeto de Assentamento Entroncamento sobreposto ao quilombo Santa Rosa dos Pretos para medidas de retomada de lotes e desintrusão do território iniciadas e a serem concluídas no próximo exercício. O Levantamento fundiário e cartorial do quilombo Saco das Almas, município de Brejo. O Levantamento ocupacional de área do projeto de assentamento Angico sobreposto à área do território quilombola Santo Antônio dos Pretos, município de Grajaú.

No quilombo Peixes, município de Colinas e no quilombo Santarém/Santana, município de São Luiz Gonzaga, foi providenciado o levantamentos prévio da situação fundiária na área como medida de minimizar os conflitos fundiários até que o INCRA possa dar andamento no processo de titulação destas comunidades.

Foram executados ainda, os trabalhos de mapeamento e identificação de áreas de quilombo localizadas na Amazônia Legal como medida preventiva de resguardar os direitos territoriais dos quilombolas com demanda de titulação coletiva diferente da regularização fundiária de posseiros.

As principais despesas para a execução das ações foram: pagamento de diárias referentes ao deslocamento das equipes técnicas para elaboração de relatórios técnicos, reuniões de mediação de conflito.

Entende-se que frente à grande demanda de processos autuados (200) sob responsabilidade da Superintendência Regional do Maranhão-SR12 e, estes estando em sua maior parte em fase inicial, sem Relatório Técnico de Identificação e Delimitação-RTID iniciados, para o devido cumprimento da meta dever-se-á buscar alternativas de parcerias e estruturação física e de pessoal do serviço de regularização.

Parcerias realizadas

Com a gestão da Coordenação Geral de Regularização Fundiária e a Diretoria

Fundiária-DF junto à SR12-MA, o INCRA firmou convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário - SEDAGRO, com a meta de titulação de 50 territórios quilombolas para o ano de 2010, no valor global de R\$ 2.078.804,00, sendo que o INCRA ficou responsável por R\$ 1.757.204,00, contrapartida de R\$ 321.600,00. O INCRA empenhou o valor de R\$ 320.436,00 sem liquidação até o final do exercício.

Principais problemas

Nas áreas previstas para elaboração e publicação de 04 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTIDs não foi possível a conclusão dos trabalhos devido a problemas de ordem processual-administrativa e peças técnicas inconclusas e que impossibilitaram o avanço do processo neste sentido. Assim, não houve nenhuma publicação de RTID em 2009, ficando para o próximo exercício a publicação dos 04 RTIDs iniciados.

No presente exercício o principal entrave para o andamento dos processos e cumprimento da metas propostas foi à impossibilidade de contratação de relatórios técnicos para composição dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTID.

Essa medida tem grande importância em razão ainda, de resguardar comunidades quilombolas nos conflitos fundiários e ações possessórias por permitir a delimitação territorial.

Além da impossibilidade de contratação de relatório técnico, outra questão percebida como entrave ao cumprimento da meta apontada foi à insuficiência de quadro de pessoal para atendimento e gestão das ações sob responsabilidade da Superintendência, sendo necessário à estruturação do serviço de regularização fundiária para melhor atendimento das demandas.

Assim, em razão da fase processual não foi possível alcançar a meta prevista de 11 títulos, e a publicação de 4 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTIDs. Contudo, através de gestão da Direção do INCRA-DF/DFQ e SR12/MA, conseguiu-se a celebração de convênio com o Estado para a titulação de 50 quilombos, o que permitiria o cumprimento da meta deste e do próximo exercício.

Cumprimento da meta física

Da meta apresentada de 11 títulos deu-se andamento em 04 processos para a conclusão e publicação de Relatório Técnico de Identificação - RTIDs, sendo que não houve nenhuma publicação de RTID em 2009, ficando para o próximo exercício a publicação dos 4 RTIDs iniciados.

Todavia, houve avanço nas ações de gestão do INCRA para dar celeridade nos processos de titulação e cumprimento da meta de titulação através da celebração do convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário-SEDAGRO para titulação de 50 territórios quilombolas, localizados em terras de domínio do Estado.

A programação inicial de meta a serem atingidas com a celebração deste convênio com o Estado era a execução de 26 relatórios antropológicos e 50 títulos coletivos, resultando em 26 títulos do governo federal e 50 títulos pelo Estado, áreas prioritárias eleitas junto ao movimento quilombola no Estado. Porém, em razão de limitações legais e burocráticas o referido convênio foi ajustado e constaram de seu objeto apenas os 50 títulos, sendo excluídos assim, os 26 relatórios antropológicos previstos que resultariam em metas para o exercício de 2010.

Outra importante ação realizada foi o acompanhamento de reuniões de mediação de conflito agrário em áreas quilombolas e a parceria com o Ministério Público Federal nas ações para defesa dos direitos das comunidades quilombolas em ações judiciais possessórias.

Ações de levantamento cartorial nos processos de regularização de quilombo de Saco das Almas e Alto Bonito (Brejo/MA) e de levantamento das propriedades para uma informação prévia da situação fundiária da área dos territórios: Santo Antônio dos Pretos (Grajaú/MA), Peixes (Colinas/MA) e Santa Maria (Cajari/MA).

Levando-se em consideração as eventualidades citadas, pode-se concluir como parcialmente insuficiente o desempenho do alcance dos objetivos e metas da execução da ação frente a grande demanda reprimida sem andamento dos processos.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	3	ha	0	0	16.726,0975 ha	0

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Não houve utilização do recurso devido à fase processual no exercício de 2009. Neste exercício foram tomadas as providências de edição do decreto desapropriatório para gerar meta no exercício seguinte.

Em 2009 foram preparados os atos para a publicação do decreto desapropriatório de cinco (5) territórios quilombolas no Estado, que estão programados o pagamento de indenização aos ocupantes das terras quilombolas com áreas já vistoriadas, aguardando apenas a atualização de valores das vistorias e avaliação para ajuizamento da ação desapropriatória das seguintes áreas decretadas:

- Quilombo Santa Maria dos Pretos- Itapecuru-mirim: (04 imóveis) Área total: 5.584,1620 ha
- Quilombo Santa Joana-Codó - Itapecuru-mirim (01 imóvel) Área total: 1.196,8424 ha
- Quilombo Aliança e Santa Joana - Cururupu-(01 imóvel) Área total: 7.741,6035 ha
- Quilombo São Francisco Malaquias- Itapecuru/Mirim(01 imóvel) Área total: 1.089,1620 ha
- Quilombo Mata de São Benedito - Itapecuru-mirim (04 imóveis) Área total: 1.114,3978

Totalizando **16.726,0975 ha** e **754** famílias beneficiadas.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Antônio Vicente da Silva.

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

⁸ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	366	A	3	Trab. rural escolarizado	2320	3400	1120	146

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
827.441,00	827.440,00	827.440,00	100%	300.000,00	36,26 %	300.000,00	36,26

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Principais resultados

Durante o exercício de 2009 o PRONERA possibilitou a 3.240 (três mil duzentos e quarenta) jovens e adultos assentados no estado do Maranhão o acesso à educação formal.

A meta física inicialmente planejada foi desenvolvida com acréscimo de 1.080 educandos que permaneceram em sala de aula para conclusão das atividades pedagógicas

referentes ao Convênio CRT/MA nº 13.000/07, que necessitou de prorrogação de prazo, estendendo-se por todo o ano de 2009.

Contabilizamos ainda o pagamento de R\$ 829.578,00 (referente a parcelas dos Convênios CRT/MA 12.000/07-SIAFI 6001360; CRT/MA 13.00/07-SIAFI 596611), recursos empenhados ainda em 2008 e inscritos em restos a pagar, mas que só puderam ser liquidados em 2009 por dificuldades na aprovação das Prestações de Contas apresentadas pelas Fundações.

Principais problemas

É pertinente ressaltar aspectos que interferiram significativamente na execução dos cursos realizados através do PRONERA, constituindo-se em sérios impasses para o cumprimento das metas pactuadas nos Termos de Convênio em andamento e no próprio desenvolvimento do Programa.

Acórdão TCU nº 2653/08(Sessão: 19/11/2008): o citado instrumento determina ao INCRA a proibição de celebrar Convênios no âmbito do PRONERA por considerar não haver a presença do interesse recíproco nem do regime de mútua cooperação na execução dos objetos das parcerias.

Este documento ocasionou vários problemas na execução dos convênios em andamento, bem como desestímulo de novas parcerias com as Fundações e Universidades, imprescindíveis na execução das ações do referido Programa.

Pagamento de bolsas: Através do MEMO/CIRCULAR/DDE-1/Nº 01/08, de 14/03/2008 (recebido neste Setor em 26/05/2008), foi-nos encaminhado DESPACHO/CGJ/Nº 031/2008 com formulação de consulta a CONJUR/MEC sobre a legalidade do pagamento de bolsas com recursos provenientes de convênios e outros instrumentos congêneres. No referido Despacho a CGJ/PJ recomenda a “*suspensão de repasses que tenham por objeto o pagamento de bolsas de ensino, pesquisa e extensão a servidores públicos, até que houvesse orientação uniforme sobre a matéria*”. Esta proibição atingiu toda a equipe de coordenação dos cursos e a grande maioria dos professores que ministravam aulas nos projetos, ocasionando a suspensão dos pagamentos.

Paralisações do processo pedagógico: durante a análise das Prestações de Contas apresentadas pelas Convenientes foram verificadas impropriedades na execução financeira. Tanto a morosidade destas Instituições para encaminharem justificativas e/ou correções às pendências,

quanto à reduzida capacidade operacional do Setor de Contabilidade desta SR-12 para análise da documentação, ocasionou sucessivas paralisações nas atividades pedagógicas, ocasionando prorrogações de prazo, descontinuidade no processo pedagógico, desmotivação e evasões de educandos.

Contudo, apesar das dificuldades encontradas, considera-se significativo o número de jovens e adultos beneficiados com as ações de EJA-PRONERA. No entanto, no Maranhão, o índice de analfabetismo suscita ações continuadas nas áreas de assentamento, no sentido de minimizar e/ou erradicar esta condição dos nossos trabalhadores e trabalhadoras visando contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo

qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

***A UJ não desenvolveu nenhuma atividade nesta ação.**

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sociopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional formado	540	916	640	169%

Fonte: : LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
913.304,00	913.302,96	913.302,96	100%	-	0%	-	0%

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Principais resultados

Além da escolarização prevista de 540 jovens no Curso Técnico em Agropecuária, foi assinado Termo de Cooperação para formação de 100 (cem) alunos em Nível Superior, o qual foi executado pela Universidade Federal do Maranhão, em função de cooperação firmado em 31/12/2008. Foram atendidos ainda 276 educandos de nível médio através do Convênio CRT/MA nº 18.000/05, não concluído no ano anterior e que sofreu aditivo de prazo. Para este convênio houve pagamento de R\$ 740.305,90 empenhados no ano anterior.

Até o término do exercício de 2009 o empenho emitido neste ano não pode ser liquidado por impropriedades verificadas na Prestação de Contas parcial do Convênio. Apenas em jan./2010, após as justificativas apresentadas pela Fundação deu-se o repasse da parcela.

Cabe informar também que a execução financeira-orçamentária para custear a formação de 100(cem) alunos em licenciatura em Pedagogia da Terra ocorre diretamente do INCRA/Sede à Instituição conveniente, por se tratar de Termo de Cooperação.

Principais problemas

Considerar as dificuldades/impasses descritos na ação anterior.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
22	122	A	3	-	-	-	-	

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
25.000,00	42.297,32	42.297,32	100%	40.544,41	95%	40.544,41	95%

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Dos recursos destinados à gestão administrativa do Programa apenas uma parte foi gasta com o acompanhamento das ações desenvolvidas em campo, tendo em vista o reduzido número de servidores deste Serviço de Educação e Cidadania e ainda às

paralisações ocorridas no processo pedagógico em virtude de pendências verificadas nas prestações de contas. Portanto, parte dos recursos desta ação foi utilizado em outras atividades desta Superintendência.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Adoniram Sanches Peraci.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Antônio Vicente da Silva

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento

⁹ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	606	A	3	Famílias assistidas	10.582	16.939	17.582	1,60

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
8.000.000,00	8.954.946,66	8.954.946,66	100	3.734.277,02	41	3.734.277,02	41

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

No ano de 2009 o estado do Maranhão contabilizou o total de 115.368 famílias sendo contemplada pela política de reforma agrária, essas estão distribuídas em mais de 900 projetos de assentamentos entre eles os federais e os estaduais. Com a ação *Assistência Técnica e Capacitação de Assentados* no âmbito da jurisdição da Superintendência Regional do

Maranhão foi possível atender apenas um total de 16.939 famílias, resultante da contratação do serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental por meio de 8 (convênios) convênios.

Um desses convênios foi celebrado em 2004, concluindo sua execução no ano de 2009 por conta dos desembolsos ocorridos a destempo do cronograma, tendo sua última parcela paga em abril/09 com recurso proveniente do orçamentário de 2009 no valor de R\$ 730.108,60. Sete convênios, celebrados em dezembro de 2008, tiveram empenho emitido para liquidação dos desembolsos previstos no ano de 2009 no valor R\$ 8.115.742,61 somente 4 convênios tiveram pagamento efetuado no ano de 2009 com recurso empenhado nesse ano, totalizando R\$ 3.004.168,42. No Geral o valor pago com orçamentário do exercício 2009 contabiliza R\$ 3.734.277,02 (somatório de R\$ 730.108,60 e R\$ 3.004.168,42).

Empenhos adicionais em 2009 foram efetuados em nomes de 2 dos 7 convênios celebrados em 2008, os quais totalizam R\$ 617.959,61 a fim de ampliar a metas desses convênios. O aditivo para ampliação das metas tornou-se inviável, porém o empenho foi emitido onde se busca atender com esse orçamentário a liquidação dos desembolsos previstos par o exercício de 2010. Ainda em 2009 foi emitido empenho no valor de R\$ 366.461,00 para atender 1 convenio firmado em dezembro de 2009, contudo ainda não tendo ocorrido o primeiro desembolso por causas dada pelo conveniente onde deve considerar-se como *famílias sem atendimento efetivo*, portanto não sendo contabilizada como Meta Executada no exercício.

Nesse fluxo de empenhos e pagamentos temos a situação demonstrada na tabela de Execução financeiro-orçamentária da ação *Assistência Técnica e Capacitação de Assentados*.

A partir da perspectiva demonstrada entre Execução Física e Execução Físico-orçamentário, pode-se apresentar a seguinte avaliação, considerando os pontos elencados:

1. Execução Financeiro-orçamentário:

Principais resultados

Considerando a Meta prevista avalia-se que foi satisfatória a execução da meta realizada, inclusive superando a prevista, o que indica a necessidade de ampliação da meta prevista para esta UJ.

Por outro lado, considera-se que devido a grande exigência legal para o controle do uso do recurso transferido aos parceiros e o efetivo de recurso humano servindo a esta ação poderá haver limitação para executar uma meta maior.

Quanto ao aspecto financeiro, houve um ganho bastante considerável a partir da garantia de recurso financeiro por meio da ação 2272 (Gestão do Programa), possibilitando

realizar os acompanhamentos in loco, em contrapartida, ainda enfrentamos dificuldades quanto a disponibilidade de viaturas para tal.

Principais problemas

O desembolso a destempo do cronograma tem se apresentado como um problema recorrente na execução dessa ação. Apesar dos empenhos serem realizados em tempo considerado adequado, a descentralização do financeiro para a UJ tem ocorrido com certo atraso, causando conseqüentemente descompasso na liberação das parcelas. Por outro lado, a necessidade de dar conta do processo de acompanhamento a execução física, quer seja in loco ou à distância tem sobrecarregado a equipe técnica responsável da UJ para em tempo atender prazos de encaminhamentos de previdências visando o pagamento das parcelas em seu tempo programado, sobretudo a dificuldade ou não conhecimento sobre questões de natureza financeira contábil por parte dos servidores responsáveis pelo acompanhamento aos convênios.

Tal situação causada pelo órgão gestor reflete na execução. Situações causadas também pelos convenientes, sem generalizar, tem refletido no atraso do desembolso, pois em alguns casos tem havido descumprimento de prazo na apresentação dos instrumentos de prestação de conta físico-financeiro exigidos para subsidiar o setor técnico no processo para o pagamento do pactuado.

A fim de corrigir os transtornos decorridos dos problemas apontados o Núcleo técnico responsável pela gestão da ação na UJ tem monitorado junto as convenientes a entrega a tempo dos produtos que subsidiaram a aprovação dos repasses. Com relação a instancia descentralizadora dos recursos para a UJ, tem sido encaminhado espelho financeiro relativos ao período de cada desembolso a fim de cumprir com os pagamentos.

Contratações e parcerias

No exercício de 2009, conforme já mencionado anteriormente, foi firmado apenas uma parceria por meio do instrumento de convênio. Os demais recursos recebidos nesse exercício tem a finalidade de atender ao cumprimento do pactuado nos instrumentos firmados no exercício anterior. Executar Assistência técnica e capacitação dos assentados por meio do Programa 1427 via parceria é de suma importância para viabilizar a ação, considerando que a UJ não dispõe de capacidade para execução direta com seu próprio corpo técnico. Além de considerar que a parceria estabelecida favorece atendimento direto e proximidade com as famílias dos projetos de assentamento de forma permanente e continua na perspectiva de obtenção de resultados.

Transferências

Dado ao contingente de projetos de assentamento no estado, determinadas regiões concentram mais ou menos quantitativos de famílias a assistir com a ação. Sob esse aspecto e critério temos convenio celebrados proporcionalmente ao numero de famílias distribuídas nas regiões, o que resulta em repasses também bastante distintos entre cada instrumento.

À época de cada desembolso, a partir do 2º, é utilizado o critério de análise dos Relatórios Trimestrais de Atividades, cumprimento majoritariamente das atividades programadas no Plano de Trabalho e os Atestos Trimestrais emitidos pelas representações dos projetos de assentamentos, além de considerar o verificado nos acompanhamentos *in loco*. No 2º repasse que ocorreu a 4 convênios no exercício de 2009 não foi possível fazer análise da execução físico-financeiro dados as dificuldades das convenientes em lançar informações no sistema (SICONV), além da dificuldade encontrada nessa matéria pelos servidores do concedente.

Cumprimento das metas físicas

Embora o cumprimento da meta física (17.582 famílias assistidas) represente apenas 15,23% das famílias assentadas pela UJ aptas a serem assistidas pela ação, impacta nas demais ações implantadas nos projetos de assentamentos provendo capacidade às famílias assentadas de reconhecer direitos e acessar políticas públicas, gerir recursos financeiros e materiais, capacitação em novos conhecimentos para produção e renda na perspectiva de qualidade de vida das famílias a partir do a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes, e assim provendo a autonomia dos assentamentos para o processo de consolidação.

Ações que apresentaram problemas de execução

A liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos tem sido o problema marcante na execução da Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

Não houve dificuldade em superar a meta estabelecida para execução da ação, pois existe grande demanda do público da reforma agrária nesta UJ pelo serviço prestado pela ação.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	R\$	75.320,00	365.865,76	392.379,00	4,85

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
-	374.359,96	370.112,86	0,96	370.112,86	0,98	365.865,76	2,61

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

A partir de 2009 o Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão e Extensão Rural na Agricultura passa a operar com recurso próprio para a gestão do Programa, proporcionando um grande avanço na execução do programa.

Principais resultados

Com a garantia de recurso para gestão do programa tornou-se possível realizar uma programação de acompanhamento aos convênios por meio da garantia de diárias aos servidores, apoio ao pagamento de locação de 01 viatura e suprimento para material de consumo e serviços de terceiros necessários a execução do trabalho.

Principais Problemas

O uso do recurso de Gestão desse Programa sofreu influencia de demandas de outras ações da Divisão de Desenvolvimento desta UJ, não tendo exclusividade de uso para as atividades próprias dele. Controle insuficiente na indicação de empenho relativo ao orçamentário descentralizado, gerando pagamento de diárias de servidores desvinculados a ação.

Nesse deverá ser adotado maior controle e planejamento de utilização do recurso envolvendo os segmentos coordenação do Programa, Chefia da Divisão de Desenvolvimento e setores de Planejamento e Finanças, onde deverão ser priorizadas ações relativas ao Programa.

Contratações e Parcerias

Não houve contratações ou parcerias na utilização da ação. A locação da viatura mencionada anteriormente se deu por meio de contrato firmado pela Administração da UJ, sendo utilizado financeiro do Programa para efetuar pagamento relativo a uma viatura por um determinado período.

Transferências

Não se aplica.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁰

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

¹⁰ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2009 e Módulo de Monitoramento e Avaliação do SIR, 2009.

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
1.373.254,00	3.537.753,59	3.534.655,09	99,91 %	2.745.388,39	77,60%	2.742.137,47	77,51 %

Fonte: SIAFI, 2009 e Caderno de Metas 2009.

Principais Avanços

A Divisão Administrativa manteve o mesmo desempenho dos anos anteriores, cumprindo com seu principal objetivo é manter o pleno funcionamento da Superintendência e fornecer apoio administrativo às áreas operacionais, firmando e mantendo contratos de terceirização de serviços de apoio administrativo como limpeza e conservação de imóveis, locação de central telefônica e manutenção de rede de informática tecnologia da informação, vigilância armada, serviço de digitação, locação de máquina reprográfica, despesas com

viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins). A manutenção das funcionalidades desta Superintendência foi obtida através de aplicação de recurso de financeiros, materiais e a dedicação dos poucos servidores trabalham que setor.

Principais Problemas

O avançado tempo existência do prédio da sede do Incra-Ma e a falta de recursos para uma reforma geral no edifício trazem uma série de problemas estruturais e de instalações, como goteiras, infiltrações e queda de reboco, congestionamento da rede de informática e saturação da rede elétrica. Além disso, a infestação de cupins por lado destrói móveis e instalações de madeira e aglomerados, determinando a perda de alguns bens.

Observamos uma carência de servidores qualificados nas áreas de administração, finanças, planejamento, convênios e principalmente licitação, culminando com falta de interesse dos próprios servidores para capacitarem-se nessas áreas. Acredita-se que o desinteresse por parte dos servidores nessas áreas se dá pela falta retorno financeiro seja de forma direta, como gratificações e adicionais ou de forma indireta como indenizações de diárias e outras indenizações.

Também podemos destacar uma redução no quadro de funcionários provocada pela saída de servidores, principalmente os aprovados nos últimos concursos, uns por motivo de remoção para suas cidades natal, outros pelas aprovações em outros concursos.

Destacamos ainda, a falta de regularidade nas descentralizações de recursos para o cumprimento das obrigações contratuais, fato que causou atrasos de até três meses para adimplementos dos serviços prestados. E, a concentração de cursos descentralizados próximo ao final do exercício prejudicou a realização de novas contratações, porque os prazos eram curtos para efetuara o empenho da despesa.

Principais Contratações

Em relação às contratações foi efetuada licitação para contratação de empresa especializada em serviços de apoio administrativo de informática (digitação), jardinagem, reprografia, arquivo e almoxarifado suprir a deficiência de pessoal, que realizem atividades de apoio nos seguintes setores: Gabinete do Superintendente, Procuradoria Federal Especializada, Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Divisão de Obtenção de Terras, Divisão de Desenvolvimento, Divisão de Administração, Ambiente externo, Setor de Reprografia, Arquivo Geral, Serviço de Administrativo e serviços gerais, Almoxarifado Geral, Unidade Avançada de Imperatriz-MA e Unidade Avançada de Barra do Corda-MA.

Essas com contratações melhoraram as condições de trabalho dos setores contemplados com aplicação racional dos recursos, de forma que os resultados alcançados foram coincidentes com os fins almejados pelo interesse público, contribuindo para aumentar a agilidade e flexibilidade os trabalhos, aumentado assim, a qualidade das atividades desenvolvidas por este órgão.

Principais Transferências

Em relação às transferências, por meio de convênios e alienações, informamos que não houve qualquer atividade nesse sentido.

2.3.9.2 Ação 2003 - Ações de Informática

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Proporcionar recursos relacionados à informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública.

Descrição: Despesas relacionadas com informática, com apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA2009

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
42.000,00	113.216,00	112.222,95	99,12%	13.951,95	12,32%	13.951,95	12,32%

Fonte: Siafi Gerencial

No exercício financeiro de 2009 a Superintendência Regional do Incra-MA ampliou o seu parque de informática com a compra de 23 microcomputadores e 15 notebooks para atender a demanda de várias divisões e setores da Autarquia.

As instalações do programa Terra Legal, da comissão de NE 70 e do próprio setor de informática localizadas no Bloco B prédio do INCRA-MA, onde funcionava a Superintendência da Polícia Federal, contribuíram, também, para o aumento do numero de pontos lógicos (força, dados e voz) da rede de informática desta Autarquia. Essa ampliação exigiu esforços dobrados da equipe de informática para não deixar o sistema congestionado nem paralisar as operações. Por outro lado, observamos a necessidade urgente de trocar todo sistema lógico, que já possui mais de duas décadas por um sistema mais moderno, rápido e seguro.

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes					
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos				
	Recebidos	373001			
		49201211220137/2272			R\$ 2.327.661,65
		49201216310137/8398			R\$ 3.507.097,89
		49201216310137/10YN			R\$ 262.800,00
		49201216310137/2B06			R\$ 344.101,60
		49201211220135/2272			R\$ 172.700,29
		49201216310135/8387			R\$ 1.387.977,92
		49201216310135/8384			R\$ 464.553,08
		49201216310135/8374			R\$ 415.012,50
		49201211221427/2272			R\$ 545.779,26
		49201216061427/4470			R\$ 8.954.946,66
		49201216311120/2109			R\$ 267.086,52
		49201216311120/4284			R\$ 3.197,67
		49201211220138/2272			R\$ 100.208,56
		49201211250138/2105			R\$ 102.813,57
		49201211270138/2110			R\$ 82.849,11
		49201211270138/8378			R\$ 498.266,17
		49201211271336/1642			R\$ 634.446,63
		49201211221350/2272			R\$ 49.292,00
		49201213661350/4474			R\$ 827.440,00
		49201213631350/8370			R\$ 913.302,96
		49201211280139/4572			R\$ 106.835,58
		49201211220750/2000			R\$ 3.670.212,62
		49201211220750/2000	R\$ 107.837,92		
Externa	Concedidos				
	Recebidos				
Despesas de Capital					
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos				
	Recebidos	373001			
		49201216310137/8396	R\$ 33.344.026,00		
		49201216310137/2B06	R\$ 970.260,00		
		49201216310137/0427		R\$ 158.098.400,00	
		49201216310135/4460		R\$ 3.449.654,76	
		49201211220138/2272	R\$ 94.594,00		
		49201211260750/2003	R\$ 104.216,00		
		49201216311120/2109	R\$ 17.660,00		
		49201211220750/2000	R\$ 67.932,40		
Externa	Concedidos				
	Recebidos				

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.2 Execução Orçamentária

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	R\$ 268.977,52	R\$ 60.000,00	R\$ 268.977,52	R\$ 60.000,00
Tomada de Preços	R\$ 2.131.636,29	R\$ 1.425.978,11	R\$ 2.131.636,29	R\$ 1.425.978,11
Concorrência	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Pregão	R\$ 5.990.226,94	R\$ 7.034.798,75	R\$ 5.990.226,94	R\$ 7.034.798,75
Concurso	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Consulta	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Contratações Diretas				
Dispensa	R\$ 719.053,21	R\$ 671.031,94	R\$ 719.053,21	R\$ 671.031,94
Inexigibilidade	R\$ 510.894,95	R\$ 576.721,29	R\$ 510.894,95	R\$ 576.721,29
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	R\$ 125.445,06	R\$ 109.567,37	R\$ 125.445,06	R\$ 109.567,37
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	R\$ -	R\$ -		
Diárias	R\$ 1.591.152,44	R\$ 2.624.394,38	R\$ 1.591.152,44	R\$ 2.624.394,38
Outros (não aplicável)	R\$ 153.588.841,55	R\$ 210.699.648,83	R\$ 153.588.841,55	R\$ 210.699.648,83

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	16.875,92	110.253,02	16.875,92	91.911,78	–	18.441,24	16.875,92	86.145,76
319008	R\$ 16.875,92	R\$ 5.766,02	R\$ 16.875,92	R\$ 5.766,02	R\$ -	R\$ -	R\$ 16.875,92	R\$ -
319013	R\$ -	R\$ 104.487,00	R\$ -	R\$ 86.145,76	R\$ -	R\$ 18.441,24	R\$ -	R\$ 86.145,76
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
3- Outras Despesas Correntes	18.969.477,37	24.366.826,13	10.038.352,55	12.125.111,25	8.931.124,82	12.241.714,88	10.038.352,55	12.122.111,25
333041	R\$ -	R\$ 320.436,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 320.436,00	R\$ -	R\$ -
335039	R\$ -	R\$ 212.800,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 212.800,00	R\$ -	R\$ -
335041	R\$ 8.061.257,79	R\$ 10.695.689,62	R\$ 2.558.040,10	R\$ 4.034.277,02	R\$ 5.503.217,69	R\$ 6.661.412,60	R\$ 2.558.040,10	R\$ 4.034.277,02
339014	R\$ 2.004.566,50	R\$ 3.258.026,27	R\$ 2.004.566,50	R\$ 3.258.026,27	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.004.566,50	R\$ 3.258.026,27

339030	R\$ 1.049.425,85	R\$ 782.196,58	R\$ 752.293,30	R\$ 555.540,75	R\$ 297.132,55	R\$ 226.655,83	R\$ 752.293,30	R\$ 552.540,75
339033	R\$ 695.052,61	R\$ 1.587.707,10	R\$ 546.326,03	R\$ 1.248.420,70	R\$ 148.726,58	R\$ 339.286,40	R\$ 546.326,03	R\$ 1.248.420,70
339036	R\$ 53.014,38	R\$ 41.800,00	R\$ 43.670,94	R\$ 41.800,00	R\$ 9.343,44	R\$ -	R\$ 43.670,94	R\$ 41.800,00
339037	R\$ 1.579.229,93	R\$ 1.835.299,83	R\$ 1.422.253,67	R\$ 1.426.591,12	R\$ 156.976,26	R\$ 408.708,71	R\$ 1.422.253,67	R\$ 1.426.591,12
339039	R\$ 5.352.434,92	R\$ 5.356.847,93	R\$ 2.609.141,09	R\$ 1.385.478,25	R\$ 2.743.293,83	R\$ 3.971.369,68	R\$ 2.609.141,09	R\$ 1.385.478,25
339047	R\$ 4.585,73	R\$ 5.360,00	R\$ 3.255,72	R\$ 4.652,00	R\$ 1.330,01	R\$ 708,00	R\$ 3.255,72	R\$ 4.652,00
339092	R\$ 31.243,86	R\$ 39.599,47	R\$ 29.516,39	R\$ 39.599,47	R\$ 1.727,47	R\$ -	R\$ 29.516,39	R\$ 39.599,47
339093	R\$ 33.873,50	R\$ 29.719,07	R\$ 33.973,50	R\$ 29.719,07	R\$ (100,00)	R\$ -	R\$ 33.973,50	R\$ 29.719,07
339139	R\$ 104.792,30	R\$ 132.799,80	R\$ 35.315,31	R\$ 32.462,14	R\$ 69.476,99	R\$ 100.337,66	R\$ 35.315,31	R\$ 32.462,14
339192	R\$ -	R\$ 68.544,46	R\$ -	R\$ 68.544,46	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 68.544,46

Fonte: Siafi Gerencial 2008 e 2009

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	13.600.398,42	34.568.548,40	3.166.154,91	6.697.432,10	10.434.243,51	27.871.116,30	3.166.154,91	6.697.432,10
444041	R\$ 12.534.807,37	R\$ 33.344.026,00	R\$ 2.770.188,21	R\$ 6.636.934,70	R\$ 9.764.619,16	R\$ 26.707.091,30	R\$ 2.770.188,21	R\$ 6.636.934,70
445041	R\$ -	R\$ 970.260,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 970.260,00	R\$ -	R\$ -
449051	R\$ 784.180,60	R\$ 14.990,00	R\$ 293.854,86	R\$ 14.990,00	R\$ 490.325,74	R\$ -	R\$ 293.854,86	R\$ 14.990,00
449052	R\$ 281.410,45	R\$ 239.272,40	R\$ 102.111,84	R\$ 45.507,40	R\$ 179.298,61	R\$ 193.765,00	R\$ 102.111,84	R\$ 45.507,40
5 - Inversões Financeiras	130.766.389,73	161.538.054,76	78.483.455,99	71.992.798,16	52.282.933,74	89.545.256,60	78.483.455,99	71.992.798,16
459061	R\$ 1.061.989,73	R\$ 3.449.654,76	R\$ 990.255,99	R\$ 3.054.998,16	R\$ 71.733,74	R\$ 394.656,60	R\$ 990.255,99	R\$ 3.054.998,16
459066	R\$ 129.704.400,00	R\$ 158.088.400,00	R\$ 77.493.200,00	R\$ 68.937.800,00	R\$ 52.211.200,00	R\$ 89.150.600,00	R\$ 77.493.200,00	R\$ 68.937.800,00
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2008 e 2009

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	R\$ 141.746,68	R\$ 695.052,61	R\$ 469.523,13
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	R\$ 1.387.694,31	R\$ 1.591.152,44	R\$ 3.258.026,27
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade	R\$ 14.981,78	R\$ 15.319,04	R\$ 133.879,80
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	R\$ 1.142.857,49	R\$ 1.177.728,63	R\$ 1.267.180,69
3.3. Tecnologia da informação	R\$ 88.000,00	R\$ 88.000,00	R\$ 80.000,00
3.4. Outras Terceirizações			
3.4.1. Motoristas	R\$ 71.607,60	R\$ 106.263,23	R\$ 63.978,48
3.4.2. Telefonista	R\$ 21.810,60	R\$ 23.100,00	R\$ 22.045,69
3.4.3. Digitadores	R\$ 96.917,30	R\$ 130.730,89	R\$ 156.796,84
3.4.4. Reprografia/Arquivo/Almoxarife	R\$ -	R\$ -	R\$ 21.359,56
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	R\$ 102.595,26	R\$ 129.104,55	R\$ 98.919,15
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	R\$ 4.518,97	R\$ -	R\$ -
TOTAIS	R\$ 3.072.729,99	R\$ 3.956.451,39	R\$ 5.571.709,61

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

2.4.5. Indicadores de Desempenho

Este item será apresentado no item 16, pois o INCRA tem um conjunto de indicadores elaborados em parceria com o TCU.

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

3.1 Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	323	323	Σ
Próprios	322	322	
Requisitados	01	01	
Celetistas	65	65	
Cargos de livre provimento	18	18	Σ
Estatutários	17	17	
Não Estatutários	01	01	
Terceirizados	114	114	
Total	520	520	

Fonte: SIAPE, SIAFI

3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	353	R\$ 5.138.512,61	R\$ 247.966,25	R\$ 10.179.914,17	R\$ 644.282,63	R\$ 7.189,07
2008	359	R\$ 8.123.581,97	R\$ 281.196,72	R\$ 11.545.637,03	R\$ 1.148.437,10	R\$ -
2009	328	R\$ 11.280.734,80	R\$ 286.120,88	R\$ 7.545.963,25	R\$ 1.682.690,14	R\$ 3.515,87
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2008	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2009	66	R\$ 1.179.181,23	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	1	R\$ -	R\$ 5.145,33	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2008	1	R\$ -	R\$ 78.573,22	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2009	1	R\$ -	R\$ 82.125,12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2008	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2009	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	1	R\$ -	R\$ 71.203,18	R\$ -	R\$ 4.974,69	R\$ 8.528,05
2008	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
2009	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	

Fonte:

1) Quantidade: SIAPE GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/07, Dez/08, Dez/09 e extração SIAPE março/10.

2) Valores: Extração Financeira SIAPE 2007, 2008 e 2009 mediante utilização do sistema Data Warehouse(DW), elaborada pela SRH/MP.

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	49	R\$ 1.142.857,49	18	R\$ 278.335,50	R\$ -	R\$ -	21	R\$ 58.091,83
2008	45	R\$ 1.177.728,63	26	R\$ 348.094,12	R\$ -	R\$ -	31	R\$ 88.486,08
2009	72	R\$ 1.267.180,69	33	R\$ 322.821,01	R\$ -	R\$ -	23	R\$ 112.041,69

Fonte:

1) Conservação e Vigilância: Setor de Administração e Serviço de Contabilidade

2) Apoio Administrativo: Setor de Administração e Serviço de Contabilidade

3) Estagiários :

a) Qtd: Controle INCRA/DA/DAH/2007 e SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR (Dez/08 e Dez/09) e extração SIAPE março/10.

b) Custo: Controle INCRA/DA/DAH/2007/2008/2009 e Extração Financeira SIAPE 2008 e 2009 mediante utilização do sistema Data Warehouse(DW), elaborada pela SRH/MP.

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade				
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
O	MA 18.000/2005	Linuxel 02.539.643/0001-33	01/07/2009	30/06/2010	2	2	1	1	P
O	MA 23.000/2005	MC Ar condicionado 63.586.770/0001-88	04/08/2009	03/08/2010	4	4	1	1	P
O	MA 21.000/2005	Clasi 06.019.070/0001-78	01/08/2009	31/07/2010	14	14	0	0	P
O	MA 8.000/2007	BSI 72.609.829/0001-05	16/07/2009	15/07/2010	6	6	0	0	P
O	MA 22.000/2005	Norsegel 06.272.413/0001/01	01/08/2009	31/07/2010	20	20	0	0	P
O	MA 16.000/2008	Mafra 068.779.593/0001-48	28/10/2009	27/10/2010	28	28	0	0	P
O	MA 10.000/2009	Mafra 068.779.593/0001-48	01/07/2009	30/06/2010	26	26	0	0	A
O	MA 11.000/2009	Mafra 068.779.593/0001-48	01/07/2009	30/06/2010	5	5	0	0	A
O	MA 6.000/2008	EME 00.875.943/0001-68	01/01/2009	31/12/2010	7	7	0	0	P
Observação: As informações contidas neste quadro não contemplam os contratos de terceirização de Área-fim, uma vez que não foi celebrado nesta nenhum contrato com esta característica, motivo pelo qual relacionamos os demais contratos.									

3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir

Apenas no que tange a Desempenho Funcional, Demanda Trabalhista, controle de Licença Médica.

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

Na área de Recursos Humanos do INCRA a nível regional e nacional, há uma desmotivação dos funcionários em decorrências da falta da reciclagem e de uma política salarial para os servidores.

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

O INCRA não possui movimento na conta 212111100.

5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	R\$ 8.377,76	R\$ -	R\$ 5.500,00	R\$ 2.877,76
2007	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2006	R\$ 228.600,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 228.600,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	R\$ 71.264.956,64	R\$ 132.677,50	R\$ 55.899.813,54	R\$ 15.232.465,60
2007	R\$ 14.183.794,05	R\$ 176.168,56	R\$ 3.342.043,16	R\$ 10.665.582,33
2006	R\$ 6.996.725,69	R\$ 6.996.725,69	R\$ -	R\$ -
Observações:				

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s) INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA									
UG / CNPJ		Denominação							
373040		SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO MARANHAO INCRA/SR/12							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
1	704133/2009	01.612.834/0001-10	529.999,61	5.353,53	-	250.391,84	01/09/2009	30/12/2009	0
1	704457/2009	01.598.548/0001-48	377.300,00	7.700,00	-	171.243,30	25/11/2009	30/06/2010	0
1	704458/2009	01.612.328/0001-21	2.926.714,12	88.372,48	-	1.463.357,06	21/11/2009	31/12/2010	0
1	704554/2009	01.612.533/0001-97	1.304.725,39	54.000,00	-	-	24/12/2009	30/10/2010	0
1	704568/2009	01.613.315/0001-77	705.710,40	29.404,60	-	-	28/11/2009	30/06/2010	0
1	704613/2009	01.612.668/0001-52	1.250.000,00	38.779,60	-	437.500,00	28/11/2009	31/10/2010	0
1	704649/2009	12.122.065/0001-99	1.540.000,00	64.166,68	-	-	25/11/2009	31/08/2009	0
1	704652/2009	07.070.873/0001-10	1.324.259,78	55.177,52	-	441.419,92	25/09/2009	31/03/2010	0
1	704656/2009	07.000.268/0001-72	1.859.098,23	161.660,72	-	929.549,12	01/12/2009	31/12/2010	0

1	704677/2009	01.612.334/0001-89	308.559,05	6.297,12	-	-	28/11/2009	05/05/2010	0
---	-------------	--------------------	------------	----------	---	---	------------	------------	---

Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício/2009

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s) INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA									
UG / CNPJ		Denominação							
373040		SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO MARANHAO INCRA/SR/12							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
1	704678/2009	06.115.117/0001-05	1.463.946,92	30.000,00	-	-	25/11/2009	30/8/2010	0
1	704679/2009	01.612.628/0001-00	2.614.903,86	108.954,34	-	735.472,41	01/12/2009	31/12/2010	0
1	704680/2009	06.200.745/0001-80	2.351.242,79	123.749,62	-	-	20/12/2009	30/12/2010	0
1	704681/2009	07.623.366/0001-66	649.703,81	20.093,93	-	-	28/11/2009	30/06/2010	0
1	704690/2009	01.612.334/0001-89	719.140,66	14.676,34	-	-	28/11/2009	05/05/2010	0
1	704691/2009	01.577.844/0001-62	831.663,86	34.652,66	-	-	28/11/2009	30/06/2010	0

1	704692/2009	06.769.798/0001-17	1.627.480,00	141.520,00	-	-	30/11/2009	31/08/2010	0
1	704695/2009	06.208.946/0001-24	386.618,18	16.109,09	-	386,618,18	25/11/2009	30/06/2010	0
1	704696/2009	01.190.243/0001-16	1.042.017,05	32.227,33	-	-	22/12/2009	30/09/2009	0
1	704699/2009	06.021.174/0001-17	903.556,62	18.439,94	-	-	07/12/2009	31/10/2010	0

Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício/2009

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s) INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA									
UG / CNPJ		Denominação							
373040		SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO MARANHAO INCRA/SR/12							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
1	704700/2009	06.769798/0001-17	929.851,36	80.856,64	-	-	30/11/2009	31/08/2010	0
1	704702/2009	12.553.806/001-96	894.720,00	37.280,00	-	-	01/12/2009	31/10/2010	0
1	704703/2009	06.376.974/0001-50	426.240,00	17.760,00	-	213.120,00	25/11/2009	31/10/2010	0
1	704718/2009	05.648.696/0001-80	1.083.411,38	57.021,65	-	-	01/12/2009	31/10/2010	0

1	704722/2009	01.610.134/0001-97	409.854,72	17.077,28	-	-	25/11/2009	30/06/2010	0
1	704767/2009	06.209.936/0001-03	500.000,00	15.343,46		250.000,00	28/11/2009	30/06/2010	0
1	704770/2009	01.612.533/0001-97	312.177,36	13.000,00	-	312.177,36	22/12/2009	30/10/2010	0
1	705520/2009	05.648.738/0001-83	711.000,00	14.549,82	-	328.262,87	01/12/2009	29/10/2010	0
1	705734/2009	05.648.738/0001-83	786.165,81	16.500,00	-	230.000,00	01/12/2009	29/10/2010	0
1	706958/2009	63451.363/0001-63	2.768.806,03	56.506,25	-	-	07/12/2009	31/12/2010	0

Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício/2009

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s) INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA									
UG / CNPJ		Denominação							
373040		SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO MARANHAO INCRA/SR/12							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
1	707008/2009	01.610.134/0001-97	974.752,70	40.614,70	-	-	01/12/2009	30/06/2010	0
1	707745/2009	01.612.336/0001-78	1.430.000,00	41.086,85	-	-	30/11/2009	31/10/2010	0
1	708383/2009	10.438.570/0001-11	832.926,60	25.760,62	-	-	25/11/2009	25/11/2010	0

1	709318/2009	01.612.339/0001-01	784.000,00	16.000,00	-	-	25/11/2009	25/11/2010	0
1	718590/2009	01.562.914/0001-09	800.000,00	18.726,44	-	-	22/12/2009	30/11/2010	0
1	719010/2009	01.612.525/0001-40	599.999,99	81.033,83	-	-	21/12/2009	30/06/2010	0
1	719160/2009	01.612.327/0001-87	2.944.981,99	122.707,58	-	-	24/12/2009	31/12/2010	0
1	719246/2009	01.612.539/0001-64	983.920,13	20.080,00	-	-	24/12/2009	30/11/2010	0
1	719332/2009	01.612.625/0001-77	1.780.651,59	74.193,83	-	-	21/12/2009	30/11/2010	0
1	720178/2009	05.631.031/0001-64	2.478.982,87	76.669,57	-	-	24/12/2009	30/11/2010	0

Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício/2009

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s) INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA									
UG / CNPJ		Denominação							
373040		SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO MARANHAO INCRA/SR/12							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
1	720197/2009	06.342.240/0001-50	895.215,30	18.269,70	-	-	24/12/2009	15/11/2010	0

1	720515/2009	08.334.655/0001-08	5.227.628,25	166.222,75	-	-	16/12/2009	31/12/2011	0
1	722293/2009	01.580959/0001-06	400.000,00	11.738,69	-	400.000,00	16/12/2009	16/08/2010	0
1	723174/2009	01.580959/0001-06	400.000,00	8.241,44	-	400.000,00	20/12/2009	20/08/2010	0
1	724063/2009	12.136.248/0001-63	1.757.204,00	321.600,00	-	-	31/12/2009	30/11/2010	0
1	724474/2009	05.101296/0001-50	671.235,00	31.300,00	-	-	29/12/2009	27/12/2010	0
1	636677	07.000.268/0001-72	273.024,29	30.336,03	-	273.024,29	30/06/2008	31/12/2009	0
1	638226	06.019.491/0001-07	1.236.284,24	137.364,92	-	412.094,75	30/06/2008	31/07/2010	0
1	637795	01.612.632/0001-79	197.102,57	21.900,28	-	197.102,57	01/07/2008	31/12/2009	0
1	638182	01.612.342/0001-25	149.531,31	16.614,59	-	149.531,31	02/07/2008	31/12/2009	0

Fonte: SIAFI e SICONV

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s) INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA									
UG / CNPJ		Denominação							
373040		SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO MARANHAO INCRA/SR/12							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	

1	638028	01.612.334/0001-89	519.129,78	27.322,62	-	346.086,52	02/07/2008	30/06/2010	0
1	637804	01.612.346/0001-03	509.444,82	56.604,98	-	169.814,94	03/07/2008	31/07/2010	0
1	637941	06.376.974/0001-50	1.153.825,27	128.202,80	769.216,84	384.608,43	03/07/2008	28/12/2009	0
1	638480	01.612.537/0001-75	663.284,27	34.909,70	-	442.189,51	03/07/2008	31/07/2010	0
1	638841	06.115.117/0001-05	1.640.000,00	185.242,88	-	1.640.000,00	03/07/2008	31/03/2010	0
1	700815/2008	02.399.346/0001-30	4.127.341,79	41.690,32	-	1.310.690,63	01/12/2008	30/11/2011	0
1	700900/2008	01.852.883/0001-20	8.273.131,80	118.800,00	-	2.371.734,96	01/12/2008	31/01/2012	0
1	700926/2008	35.109.230/0001-78	1.716.376,80	25.380,00	-	286.839,43	31/12/2008	26/12/2011	0
1	700948/2008	04.862.254/0001-70	1.214.295,04	13.352,97	-	404.765,08	31/12/2008	30/11/2011	0
1	701313/2008	03.446.371/0001-90	1.119.730,79	11.310,41	-	241.776,21	31/12/2008	30/11/2011	0

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s) INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA									
UG / CNPJ		Denominação							
373040		SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO MARANHAO INCRA/SR/12							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	

1	701462/2008	05.004.812/0001-29	1.010.327,06	10.205,34	-	208.129,10	30/12/2008	30/11/2011	0
1	701517/2008	03.791.466/0001-40	5.265.211,16	129.360,00	-	1.753.566,84	31/12/2008	30/12/2011	0
1	596005	12.511.093/0001-06	1.860.000,00	213.926,88	1.240.000,00	620.000,00	28/11/2007	31/12/2009	0
1	594562	06.769.798/0001-17	1.620.000,00	190.073,13	1.053.000,00	567.000,00	19/10/2007	31/12/2009	0
1	601797	06.447.833/0001-81	861.703,14	95.744,79	574.468,76	287.234,38	28/12/2007	30/06/2010	0
1	595755	01.612.327/0001-87	1.334.935,21	148.326,13	889.956,80	444.978,41	23/11/2007	31/12/2009	0
1	596450	01.612.544/0001-77	588.552,55	65.394,73	392.368,36	196.184,19	07/12/2007	30/03/2009	0
1	601789	01.612.323/0001-07	1.408.441,70	156.493,52	469.480,56	469.480,56	24/12/2007	30/06/2010	0
1	602110	01.612.320/0001-65	513.431,60	57.047,96	320.894,75	192.536,85	03/01/2008	31/03/2010	0
1	518008	02.384.288/0001-70	5.264.214,00	528.150,00	4.534.105,40	730.108,60	28/12/2009	18/11/2009	0

FONTE: SIAFI e SICONV

Quadro de Detalhamento de Transferências								
Concedente(s) INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA								
UG / CNPJ		Denominação						
373040		SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO MARANHÃO INCRA/SR/12						
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor	Contrapartida	Repasse total até	Repasse no	Vigência	Sit.

			Pactuado	Pactuado	o exercício	exercício	Início	Fim	
1	600136	04.178.081/0001-75	2.012.281,00	20.122,81	841.401,00	643.440,00	11/12/2007	10/10/2010	0
1	599374	02.067.074/0001-70	1.200.000,00	12.000,00	900.000,00	300.000,00	27/12/2006	30/09/2009	0
1	553547	07.060.718/0001-12	2.483.997,56	124.199,87	1.743.691,66	740.305,90	27/12/2005	30/11/2009	0

Fonte: SIAFI e SICONV

7. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ

9. Renúncias tributárias

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ

10. Operações de fundos

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ

11A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno

Não houve recomendação da auditoria interna no exercício de 2009.

11B. Determinações e recomendações do TCU

Conforme consulta realizada no sítio do TCU, não detectamos nenhuma determinação/recomendação referente ao exercício de 2009.

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Admissão	Desligamento	Aposentadoria	Pensão
65	01	04	04

Fonte: Setor de Recursos Humanos

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

O Setor de Convênios desta UJ declara para os devidos fins, e atesta que as informações referentes aos convênios, firmados, estão disponível e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, e no sistema de Gestão de Convênios – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Análise Crítica

A Gestão das Transferências, tem como foco principal atingir os objetivos sociais no que tange respeito a Infra-estrutura básica nos Projetos de Assentamentos do INCRA, com o intuito de beneficiar inúmeras famílias assentadas, buscando a melhoria de vida das comunidades rurais, com o escoamento da produção proporcionando uma melhor valorização de seus produtos.

A importância dos municípios como destinatários das transferências voluntárias de recursos, dar-se-á em função de aproximar a municipalidade aos seus munícipes envolvendo assim, comunidade e poder público municipal, gerando uma assim, uma responsabilidade ao gestor municipal em conservar as obras objetos dos Convênios celebrados com aquelas instituições.

E a crescente participação das OnGs nos repasses tornou a concepção de uma estratégia de uso dos recursos federais nas Assistência Técnica Ambiental e Social aos assentados, uma vez que o Estado do Maranhão não oferece esse tipo de atividade às Comunidades rurais.

Informamos que no exercício/2009, não foi repassado nenhuma transferência a órgãos públicos e/ou entidades Não Governamental em situação Tipo 2 (Inadimplente).

E que Todos os empenhos efetuados no exercício, foram feitos de acordo com os preceitos da LOA/LDO, obedecendo os prazos de vigências parcerias assumidas com as entidades publicas e ou privadas sem fins lucrativos.

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Não há registro.

15. Informações Contábeis da Gestão

Apresentada nas páginas a seguir.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373040/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO MARANHÃO-INCRA/SR-12
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO 03/03/2010	PÁGINA 1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	2.075.029,24	2.553.801,20	DESPESAS CORRENTES	23.272.407,36	17.861.005,11
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.075.029,24	2.553.801,20	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	110.353,02	16.875,92
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	-14.548,13	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.960.710,08	17.739.336,89
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	91.427.742,45	101.021.822,98	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	320.436,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	80.246.223,45	100.864.034,16	OUTRAS DESPESAS	22.640.274,08	17.739.336,89
SUB-REPASSE RECEBIDO	80.218.880,40	99.815.908,11	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	201.344,26	104.792,30
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	80.218.880,40	99.815.908,11	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	201.344,26	104.792,30
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	27.343,05	1.048.126,05	DESPESAS DE CAPITAL	196.076.573,16	143.708.618,07
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.181.519,00	157.788,82	INVESTIMENTOS	34.538.518,40	12.942.228,34
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	11.169.119,00	135.668,28	INVERSOES FINANCEIRAS	161.538.054,76	130.766.389,73
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	11.169.119,00	135.668,28	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	15.165.436,45	4.478.626,66
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	12.400,00	22.120,54	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	308.086,96	27.343,05
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	426.812.350,52	261.848.681,55	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	308.086,96	27.343,05
VALORES EM CIRCULAÇÃO	97.784.166,91	71.019.626,56	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	14.857.349,49	4.451.283,61
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	97.784.166,91	71.019.626,56	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	12.769.920,25	1.889.910,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	308.086,96	27.343,05	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.614.681,57	1.889.910,00
VALORES DIFERIDOS	308.086,96	27.343,05	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	11.155.238,66	0,00
DEPÓSITOS	4.120,46	4.120,46	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	2.087.429,24	2.561.373,61
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.120,46	4.120,46	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	285.800.705,24	199.361.507,76
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	168.246.918,01	98.669.172,98	VALORES EM CIRCULAÇÃO	161.253.553,68	97.784.166,91
FORNECEDORES	3.222,00	7.334,00	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	161.253.553,68	97.784.166,91
DO EXERCÍCIO	0,00	7.334,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	27.343,05	1.048.126,05
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.222,00	0,00	VALORES DIFERIDOS	27.343,05	1.048.126,05
RESTOS A PAGAR	162.859.153,22	93.290.235,93	DEPÓSITOS	4.120,46	0,00
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	155.553.581,47	92.445.476,38	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.120,46	0,00
CANCELADO	7.305.571,75	844.759,55	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	97.824.413,43	69.971.500,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDACAO	5.354.800,00	5.354.800,00	FORNECEDORES	7.334,00	1.647,70
EM CONTRATOS	5.354.800,00	5.354.800,00	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.334,00	1.647,70
VALORES EM TRANSITO	29.299,03	16.359,29	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	92.445.476,38	64.572.867,55
OUTROS DÉBITOS	443,76	443,76	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDACAO	5.354.800,00	5.386.000,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	160.469.058,18	92.128.418,50	EM CONTRATOS	5.354.800,00	5.386.000,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	160.467.697,18	92.123.075,21	VALORES EM TRANSITO	16.359,29	10.985,26
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	160.467.697,18	92.123.075,21	OUTROS DÉBITOS	443,76	0,00
DESINCORPORACAO DE OBRIGAÇÕES	1.361,00	5.343,29	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	26.691.274,62	30.557.714,29
EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.361,00	5.343,29	BAIXA DE DIREITOS	26.691.274,62	30.557.714,29
			CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	26.691.274,62	30.557.714,29
INGRESSOS	520.315.122,21	365.409.757,60	DISPÊNDIOS	520.315.122,21	365.409.757,60



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373040/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO MARANHÃO-INCRA/SR-12
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
03/03/2010	1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	161.253.553,68	97.784.166,91	PASSIVO FINANCEIRO	161.253.553,68	97.855.876,94
CREDITOS EM CIRCULACAO	161.253.553,68	97.784.166,91	DEPOSITOS	4.120,46	4.120,46
LIMITE DE SAQUE CIVINC. DE PAGAMENTO	785.856,50	5.661.091,70	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.120,46	4.120,46
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	160.467.697,18	92.123.075,21	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	160.941.346,26	97.824.413,43
ATIVO NAO FINANCEIRO	778.183.388,91	714.281.983,89	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.665,76	7.777,76
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-143.430.816,68	-89.622.409,91	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	0,00	7.334,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-143.567.654,89	-89.679.956,33	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	3.222,00	0,00
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-160.467.697,18	-92.123.075,21	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	443,76	443,76
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	3.273.124,15	2.426.224,53	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	155.553.581,47	92.445.476,38
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	13.826.918,14	16.894,35	A LIQUIDAR	155.553.581,47	92.445.476,38
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	136.838,21	57.546,42	CREDORES DIVERSOS	5.354.800,00	5.354.800,00
ESTOQUES	136.838,21	57.546,42	VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS	29.299,03	16.359,29
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	909.537.864,58	792.303.955,03	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	308.086,96	27.343,05
CREDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	909.537.864,58	792.303.955,03	VALORES DIFERIDOS	308.086,96	27.343,05
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	673.110.413,53	560.203.013,53	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-155.553.581,47	-92.445.476,38
CREDITOS A RECEBER	236.427.451,05	232.100.941,50	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-155.553.581,47	-92.445.476,38
PERMANENTE	12.076.341,01	11.600.438,77	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-155.553.581,47	-92.445.476,38
IMOBILIZADO	12.076.341,01	11.600.438,77	PASSIVO REAL	5.699.972,21	5.410.400,56
BENS MOVEIS E IMOVEIS	12.076.341,01	11.600.438,77	PATRIMONIO LIQUIDO	933.736.970,38	806.655.750,24
ATIVO REAL	939.436.942,59	812.056.150,80	PATRIMONIO/CAPITAL	806.655.750,24	759.966.083,39
			PATRIMONIO	806.655.750,24	759.966.083,39
			RESULTADO DO PERIODO	127.081.220,14	46.689.666,85
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	939.436.942,59	812.056.150,80
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-812.355.722,45	-765.376.483,95
ATIVO COMPENSADO	193.260.243,29	136.407.389,01	PASSIVO COMPENSADO	193.260.243,29	136.407.389,01
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	193.260.243,29	136.407.389,01	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	193.260.243,29	136.407.389,01
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	64.486,23	46.310,00	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	64.486,23	46.310,00
GARANTIAS DE VALORES	10.216,20	10.216,20	VALORES EM GARANTIA	10.216,20	10.216,20
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	169.069.158,31	131.280.184,64	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	169.069.158,31	131.280.184,64
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	1.070.389,38	687.506,15	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	1.070.389,38	687.506,15
OUTRAS COMPENSACOES	23.045.993,17	4.383.172,02	COMPENSACOES DIVERSAS	23.045.993,17	4.383.172,02
ATIVO	1.132.697.185,88	948.473.539,81	PASSIVO	1.132.697.185,88	948.473.539,81



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCICIO	MES	
SUBTÍTULO	373040/37201 - SUPERINTEND ESTADUAL DO MARANHAO-INCRASR-12		2009	DEZ(FECHADO)	
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		EMISSAO	PAGINA	
			03/03/2010	1	
VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ORCAMENTARIAS	294.231.137,61	253.881.190,98	ORCAMENTARIAS	219.747.602,87	161.703.367,44
RECEITAS CORRENTES	2.075.029,24	2.553.801,20	DESPESAS CORRENTES	23.272.407,36	17.861.005,11
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.075.029,24	2.553.801,20	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	110.353,02	16.875,92
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	-14.548,13	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.960.710,08	17.739.336,89
INTERFERENCIAS ATIVAS	80.246.223,45	100.864.034,16	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	201.344,26	104.792,30
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	80.246.223,45	100.864.034,16	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	201.344,26	104.792,30
SUB-REPASSE RECEBIDO	80.218.880,40	99.815.908,11	DESPESAS DE CAPITAL	196.076.573,16	143.708.618,07
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	27.343,05	1.048.126,05	INVESTIMENTOS	34.538.518,40	12.942.228,34
MUTACOES ATIVAS	211.909.884,92	150.477.903,75	INVERSOES FINANCEIRAS	161.538.054,76	130.766.389,73
INCORPORACOES DE ATIVOS	82.252.963,38	79.212.947,11	INTERFERENCIAS PASSIVAS	308.086,96	27.343,05
AQUISICOES DE BENS	3.547.937,99	1.596.451,55	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	308.086,96	27.343,05
INCORPORACAO DE CREDITOS	78.705.025,39	77.616.495,56	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	308.086,96	27.343,05
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	129.656.921,54	71.264.956,64	MUTACOES PASSIVAS	90.535,39	106.401,21
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	329.456.832,39	131.858.536,86	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	90.535,39	106.401,21
INTERFERENCIAS ATIVAS	15.701.657,85	4.611.113,96	LIQUIDACAO DE CREDITOS	90.535,39	106.401,21
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	4.520.138,85	4.453.325,14	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	276.859.146,99	177.346.693,55
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	11.169.119,00	135.668,28	INTERFERENCIAS PASSIVAS	14.862.723,21	4.698.180,39
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	12.400,00	22.120,54	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	5.373,72	246.896,78
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	313.755.174,54	127.247.422,90	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	12.769.920,25	1.889.910,00
INCORPORACOES DE ATIVOS	305.962.541,58	126.397.320,06	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	2.087.429,24	2.561.373,61
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	198.217,98	1.547.023,60	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	261.996.423,78	172.648.513,16
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	357.115,71	440.834,98	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	195.447.607,33	129.256.165,35
INCORPORACAO DE DIREITOS	305.407.207,89	124.409.461,48	BAIXA DE BENS IMOVEIS	3.126.708,19	2.421.310,58
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	485.700,21	0,00	BAIXA DE BENS MOVEIS	609.625,04	571.251,22
AJUSTES DE CREDITOS	485.700,21	0,00	BAIXA DE TITULOS E VALORES	4.326.509,55	3.575.233,10
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	7.306.932,75	850.102,84	BAIXA DE DIREITOS	187.384.764,55	122.688.370,45
DEFICIT			INCORPORACAO DE PASSIVOS	66.548.816,45	43.392.347,81
			RESULTADO PATRIMONIAL	127.081.220,14	46.689.666,85
			SUPERAUIT	127.081.220,14	46.689.666,85
VARIACOES ATIVAS	623.687.970,00	385.739.727,84	VARIACOES PASSIVAS	623.687.970,00	385.739.727,84



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373040/37201 - SUPERINTEND ESTADUAL DO MARANHAO-IN CRA/SR-12
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2009	MES DEZ/(FECHADO)
EMISSAO 03/03/2010	PAGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	219.159.598,80	-219.159.598,80
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	23.083.025,64	-23.083.025,64
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	0,00	110.353,02	-110.353,02
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	22.972.672,62	-22.972.672,62
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	196.076.573,16	-196.076.573,16
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	34.538.518,40	-34.538.518,40
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	161.538.054,75	-161.538.054,75
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	219.159.598,80	-219.159.598,80



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373040/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO MARANHÃO-INCRASR-12
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSION 03/03/2010	PAGINA 1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-161.253.553,68	-97.784.166,91
			CREDITOS A RECEBER	-161.253.553,68	-97.784.166,91
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-161.253.553,68	-97.784.166,91
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-785.856,50	-5.661.091,70
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-160.467.697,18	-92.123.075,21
			DEPOSITOS	4.120,46	4.120,46
			DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.120,46	4.120,46
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	160.941.346,26	97.824.413,43
			OBRIGACOES A PAGAR	155.556.803,47	92.452.810,38
			FORNECEDORES	3.222,00	7.334,00
			DO EXERCICIO	0,00	7.334,00
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.222,00	0,00
			RESTOS A PAGAR	155.553.581,47	92.445.476,38
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	155.553.581,47	92.445.476,38
			CREDORES DIVERSOS	5.355.243,76	5.355.243,76
			OUTROS CREDORES	5.354.800,00	5.354.800,00
			DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	443,76	443,76
			VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	29.299,03	16.359,29
			SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO	29.299,03	16.359,29
			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	308.086,96	27.343,05
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	308.086,96	27.343,05
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	0,00	-71.710,03
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-160.159.610,22	-92.167.442,19
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	160.467.697,18	92.123.075,21
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	160.467.697,18	92.123.075,21
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-308.086,96	-27.343,05
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-308.086,96	-27.343,05
	0,00	0,00	COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DISPONIBILIDADE DA FONTE DE RECURSOS - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373040/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO MARANHÃO-IN CRA/SR-12	EMISSION 03/03/2010	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		
TITULOS	2009	2008	
SUBREPASSE DIFERIDO RECEBIDO	27.343,05	0,00	
ORDEN TRANSFERENCIA RECEBIDA	11.169.119,00	0,00	
CANCELAMENTO DE RP NAO PROCESSADO	7.305.571,75	0,00	
CANCELAMENTO DE RP PROCESSADO	1.361,00	0,00	
RECURSO DE LIMITE DE RP RECEBIDO	65.434.725,59	0,00	
SUBREPASSE RECEBIDO	80.218.890,40	0,00	
RECURSOS DE LIMITE DE RP CONCEDIDO	-368.517,11	0,00	
ORDEN TRANSFERENCIAS CONCEDIDA	-12.769.920,25	0,00	
DESPESA EMPENHADA LIQUIDADA	-219.348.980,52	0,00	
OUTROS INGRESSOS/DISPENSIOS	365.592,11	0,00	
DISPONIBILIDADE DIFERIDA RECEBIDA	27.343,05	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	373040/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO MARANHAO-IN CRA/SR-12	EMISSAO 03/03/2010	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		
TÍTULOS	2009	2008	
RECEITAS ORCAMENTARIAS			
RECEITAS CORRENTES	2.075.029,24	2.553.801,20	
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	2.075.029,24	2.553.801,20	
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	-14.548,13	
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	2.075.029,24	2.539.253,07	
DESPESAS ORCAMENTARIAS			
DESPESAS CORRENTES	23.272.407,36	17.861.005,11	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	110.353,02	16.875,92	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.162.054,34	17.844.129,19	
DESPESAS DE CAPITAL	196.076.573,16	143.708.618,07	
INVESTIMENTOS	34.538.518,40	12.942.228,34	
INVERSOES FINANCEIRAS	161.538.054,76	130.766.389,73	
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	219.348.980,52	161.569.623,18	
RESULTADO ORCAMENTARIO	-217.273.951,28	-159.015.821,98	
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	80.246.223,45	100.864.034,16	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	80.246.223,45	100.864.034,16	
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	211.909.884,92	150.477.903,75	
INCORPORACAO DE ATIVOS	82.252.963,38	79.212.947,11	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	129.656.921,54	71.264.956,64	
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	308.086,96	27.343,05	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	308.086,96	27.343,05	
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	90.535,39	106.401,21	
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	90.535,39	106.401,21	
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	74.483.534,74	92.177.823,54	
RESULTADO APOS RECIDESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	74.483.534,74	92.192.371,67	
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	15.701.657,85	4.611.113,96	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	4.520.138,85	4.453.325,14	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	11.169.119,00	135.668,28	
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	12.400,00	22.120,54	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	313.755.174,54	127.247.422,90	
INCORPORACAO DE ATIVOS	305.962.541,58	126.397.320,06	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	7.306.932,75	850.102,84	
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	485.700,21	0,00	
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	14.862.723,21	4.698.180,39	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	5.373,72	246.896,78	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	12.769.920,25	1.889.910,00	
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	2.087.429,24	2.561.373,61	
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	261.996.423,78	172.648.513,16	
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	195.447.607,33	129.256.165,35	
INCORPORACAO DE PASSIVOS	66.548.816,45	43.392.347,81	
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	127.081.220,14	46.689.666,85	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	373040/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO MARANHÃO-INCRASR-12	EMIÇÃO 03/03/2010	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		
TÍTULOS	2009	2008	
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES	2.075.029,24	2.553.801,20	
RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS	2.075.029,24	2.553.801,20	
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	-14.548,13	
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.075.029,24	2.539.253,07	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.515,10	16.875,92	
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	219.346.465,42	71.264.956,64	
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	219.348.980,52	161.569.623,18	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-217.273.951,28	-159.015.821,98	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	80.246.223,45	100.864.034,16	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	80.246.223,45	100.864.034,16	
MUTACÕES ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	211.909.884,92	150.477.903,75	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	82.252.963,38	79.212.947,11	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	129.656.921,54	71.264.956,64	
(-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS	308.086,96	27.343,05	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	308.086,96	27.343,05	
(-) MUTACÕES PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS	90.535,39	106.401,21	
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	90.535,39	106.401,21	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APÓS INTERF/MUTACÕES	74.483.534,74	92.177.823,54	
RESULTADO APÓS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	74.483.534,74	92.177.823,54	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	15.701.657,85	4.611.113,96	
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	4.520.138,85	4.453.325,14	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	11.169.119,00	135.668,28	
OUTRAS INTERFERÊNCIAS ATIVAS	12.400,00	22.120,54	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	313.755.174,54	127.247.422,90	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	305.962.541,58	126.397.320,06	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	7.306.932,75	850.102,84	
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	485.700,21	0,00	
(-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	14.862.723,21	4.698.180,39	
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	5.373,72	246.896,78	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	12.769.920,25	1.889.910,00	
OUTRAS INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	2.087.429,24	2.561.373,61	
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	261.996.423,78	172.648.513,16	
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	195.447.607,33	129.256.165,35	
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	66.548.816,45	43.392.347,81	
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERÁVIT OU DÉFICIT	127.081.220,14	46.689.666,85	

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação (ha) multiplicado por 100.	- Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. <u>Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha)</u> – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.	75,60
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	- Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. - Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	141,50
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	- Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. - Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício, dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	- Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. - Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	1.852,20
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	- Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	486,95
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	- Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	6,25

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	12,32
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	31,57
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	34,79

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	47,77
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	• Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	1.352

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; .Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	21,05
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem)	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATEs (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	Justificar a ausência de índice^(*)
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. . . . Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	0

(*) A superintendência ainda não tem este índice mensurado. A partir de 2010, equipes estarão se deslocamento aos projetos de assentamento para, juntamente com as entidades de ATEs, levantarem estas informações

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	• quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	48,50
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	• número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	12,50
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	• SIAFI e SICONV	0